

Relatório e Contas Consolidadas Financeiras e Orçamentais em SNC-AP

Ano de 2020

Relatório de Gestão das Contas Consolidado

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Relatório e Contas Consolidadas Financeiras e Orçamentais em SNC-AP

Ano de 2020

Índice

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidado	3
2 Demonstrações Orçamentais Consolidadas	27
2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	27
2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	28
3 Demonstrações Financeiras	29
3.1 Balanço Consolidado	29
3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada	30
3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	31
3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido	32
3.5 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	33

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas

Enquadramento

O ano de 2020 é marcado de forma acentuada pelos efeitos da pandemia da Covid 19, nomeadamente pela contração da economia nacional e internacional, passando a economia nacional de uma fase notória de expansão para uma contração sem precedentes no passado recente.

Esta conjuntura económica com amplos efeitos sociais, teve também as suas repercussões na atividade do grupo municipal que, contudo, como se pode observar pelas demonstrações financeiras consolidadas, mantém uma posição financeira sólida que lhe permite continuar a fazer face aos compromissos assumidos, a concretizar o seu investimento planeado, e reforçar a componente social.

O facto de 2020 ser o primeiro ano de aplicação do SNC-AP às autarquias locais, limita significativamente a análise comparativa, mas é realista verificar-se que existiu uma contração face ao ano anterior dos recebimentos de impostos e taxas de 3,6 milhões de euros e um aumento substancial de 3,3 milhões de euros em transferências e subsídios concedidos.

Apesar da conjuntura as disponibilidades do grupo municipal mantiveram-se em bons níveis e suficientes para fazer face aos compromissos com empreitadas já adjudicadas mas que ainda não se encontram executadas, ou seja, é possível garantir o investimento já aprovado sem comprometer o orçamento do próximo executivo municipal, garantindo-se também o equilíbrio intergeracional, dado que os níveis de endividamento da autarquia são reduzidos e qualquer novo empréstimo terá sempre suporte em ativos duradouros e com potencial de serviço consistente com o respetivo financiamento.

É também relevante destacar que foi realizado em 2020 um levantamento de toda a rede de infraestruturas rodoviárias da autarquia, tendo as mesmas sido inventariadas e mensuradas, permitindo fazer refletir nas contas pela primeira vez o real gasto com as suas depreciações. Adicionalmente, foram confrontados os registos da autoridade tributária e conservatória do registo predial com os registos de cadastro dos bens, permitindo valorizar os imóveis titulados pela Câmara Municipal de Almada para o seu valor patrimonial tributário e regularizar aqueles que se encontravam omissos.

Introdução

A consolidação de contas nas autarquias locais, encontra-se prevista na legislação desde a aprovação da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, porém no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não existia qualquer referência à consolidação de contas, pelo que a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) não considerava a essa data que fosse possível realizar a mesma com o referencial contabilístico aplicável às autarquias.

Em 2010 foi aprovada a Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo, pela Portaria n.º 474/2010 de 1 de julho, que foi adotada e regulamentada pela DGAL em abril de 2011, na Instrução sobre consolidação de contas para os municípios, pelo que a partir dessa data passou a existir referencial para a realização da consolidação de contas nos municípios.

Com a entrada em vigor em 2020 para as autarquias, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se os normativos de consolidação de contas orçamental e financeiro, respetivamente na NCP 26 e NCP 22.

Com a adoção do SNC-AP, existe uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente, aplicado agora às autarquias locais e às entidades reclassificadas

A consolidação surge assim, como uma medida para conseguir informação agregada das várias entidades controladas pela Câmara Municipal de Almada e que consiste em elaborar a nível de grupo (entidades juridicamente autónomas, dependentes de um centro de decisão, entidade-mãe), demonstrações financeiras idênticas às elaboradas pela entidade-mãe ou entidade consolidante.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira da situação financeira, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito dos resultados do grupo municipal, permitindo uma melhor análise e avaliação das políticas públicas locais.

As demonstrações financeiras consolidadas devem, dessa forma, ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, pela Câmara Municipal e de acordo com o estabelecido n.º 2 do artigo 76.º da mesma lei, submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Contudo, de acordo com a recente informação do Tribunal de Contas e atendendo ao Decreto Lei n.º 6 D/2021 referente à prorrogação do prazo dos regimes excecionais de medidas aplicáveis às autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, temos que:

“É entendimento do Tribunal de Contas que o termo do prazo para apresentação de contas consolidadas pelas entidades abrangidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, é o dia 31/8/2021.

Tal entendimento resulta da manutenção em vigor, até 30 de junho de 2021, do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - por força do disposto na alínea b) do mencionado artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021 -, preceito este que deve ser conjugado com a segunda parte do n.º 4 do art.º 52 da LOPTC e com o n.º 5 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

O mesmo prazo de 31/8/2021 é igualmente aplicável à apresentação das contas consolidadas pelas entidades abrangidas pelo n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual - resultante do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22-A/2021, de 17 de março -, atendendo igualmente à conjugação desta norma com a segunda parte do n.º 4 do art.º 52 da LOPTC e com o n.º 5 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

Publicação: 08-06-2021”

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

Período de relato: 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

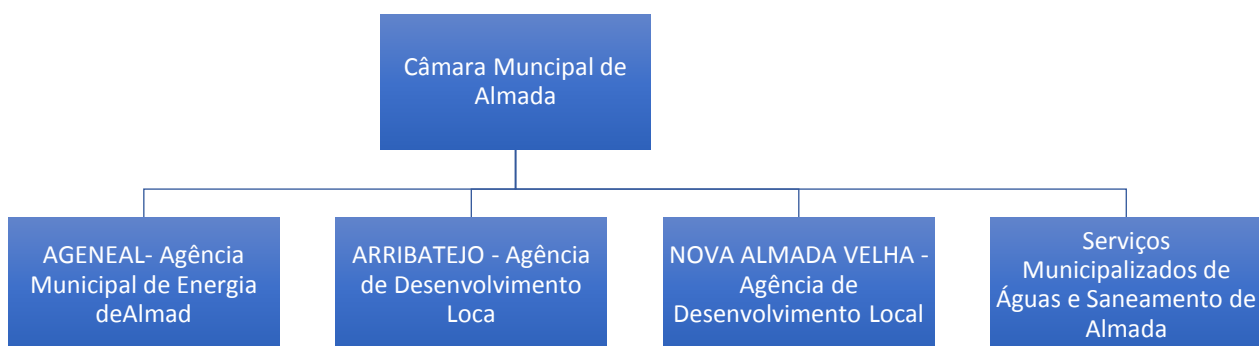
Perímetro de Consolidação do Grupo Municipal

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental determina a apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas, a NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das demonstrações financeiras determina a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo que a sua preparação e elaboração é feita nos termos da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, para as entidades abrangidas pelo SNC-AP,

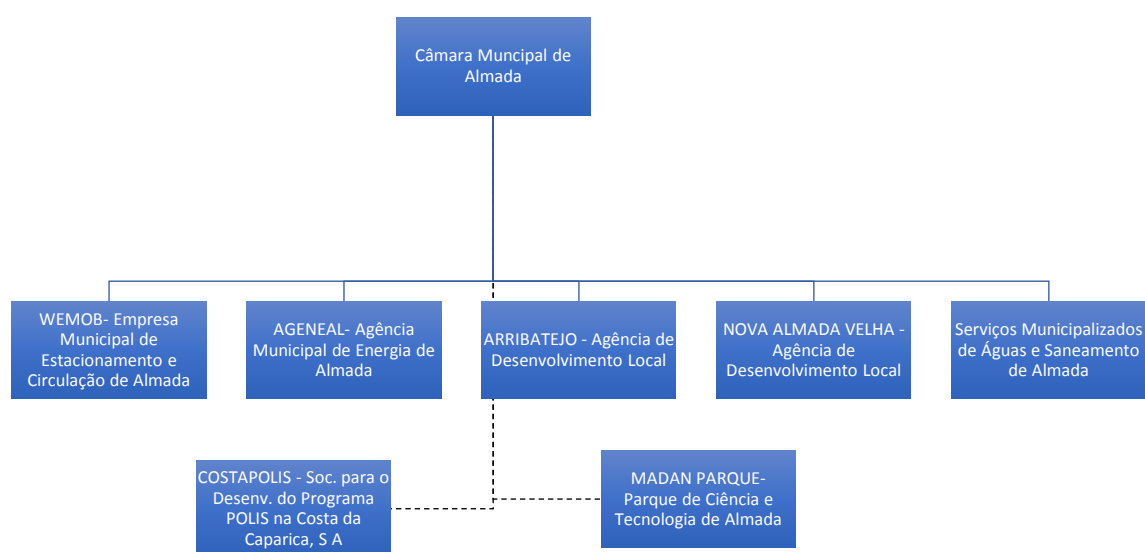
Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), existem dois níveis diferentes de preparação da prestação de contas, nomeadamente o orçamental e o financeiro, dado que as duas normas têm conceitos de perímetro de consolidação diferentes.

Resumidamente, temos que para efeitos de demonstrações orçamentais, apenas relevam para o perímetro as entidades controladas e que simultaneamente tenham sido reclassificadas para efeitos de contas nacionais. Já o perímetro para as demonstrações financeiras inclui todas as entidades controladas, independentemente da sua reclassificação para efeitos de contas nacionais.

Assim, para efeitos de perímetro orçamental temos a seguinte estrutura de grupo municipal:



Relativamente à estrutura de grupo municipal para efeitos de perímetro financeiro, temos o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

A identificação das entidades e o sumário da respetiva atividade é a seguinte:

1.1 Município de Almada - NIPC 500051054 – entidade consolidante

- i. É uma autarquia local com atividades que visam a prossecução de interesses próprios da população residente, com atribuições legalmente definidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

1.2 Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada - NIPC 680017763;

- i. Captação e abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais

1.3 WEMOB - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada

E.M. S.A. - NIPC 507001206 (não consolida nas demonstrações orçamentais)

- i. gestão de serviços de interesse geral, nos termos do previsto nos artigos 20.º n.º 1 e 45.º, da Lei n.º 20/2012, de 31 de agosto, concretamente: a) A promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo a construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar, e a prestação de serviços conexos com estas atividades, e ainda a gestão do “Flexibus”. No âmbito do seu objeto social contêm-se a promoção de todos os procedimentos legais relativos à identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no CE, incluindo os designados veículos em fim de vida (VFV). Para prossecução do seu objeto e, em particular o descrito no número anterior, a WEMOB – EMSA, manterá em pleno funcionamento parques específicos para estacionamento temporário de veículos removidos.

1.4 NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local – NIPC 504974688

- i. Potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios de património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing.

1.5 Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL – NIPC 504329073

- i. Contribuir para aumentar a eficiência energética através da utilização racional e da conservação de energia, para melhorar o aproveitamento de recursos energéticos endógenos.

1.6 ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local – NIPC 504974696.

- i. Potenciar o desenvolvimento integrado da Costa de Caparica através de ações e projetos que envolva, os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo

As entidades participadas pelo grupo municipal e a sua forma de contabilização demonstram-se no seguinte quadro:

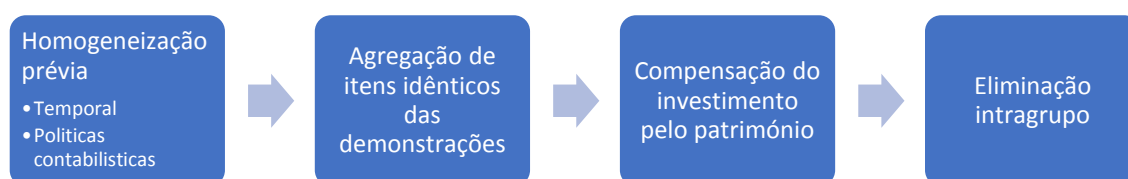
Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	custo
Empresa municipal	WEMOB - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada E.M. S.A	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	43,90%	65,53%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almasciencie	16,67%	16,67	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo

Método da Consolidação

O método utilizado é o da consolidação integral, tanto ao nível da consolidação financeira como por analogia também com a consolidação orçamental, que consiste na integração no Balanço e Demonstração dos Resultados e outras peças financeiras e orçamentais da entidade consolidante, dos elementos respetivos dessas demonstrações das entidades consolidadas.

As rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados e de outras demonstrações são agregadas por soma das contas individuais e corrigidas pela supressão dos saldos pendentes e das transações ocorridas no exercício entre as entidades alvo de consolidação.

No esquema seguinte, temos os passos executados no âmbito da consolidação de contas.



Tendo em conta a reduzida relevância em termos de impacto da integração das contas das entidades participadas nas contas consolidadas do grupo municipal, este documento, deverá ser complementado com a leitura do relatório das contas individuais do Município de 2020.

Em anexo ao presente documento é apresentada por entidade um resumo dos seus dados, tomando como base a prestação de contas para o Tribunal de Contas.

Análise Patrimonial

Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise. Relata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do grupo municipal à data de encerramento do exercício de 2020, dando a conhecer a estrutura:

- *económica*: Ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a *aplicação de fundos*;
- *financeira*: Capital Próprio e Passivo do grupo sendo estes a *origem de fundos*.

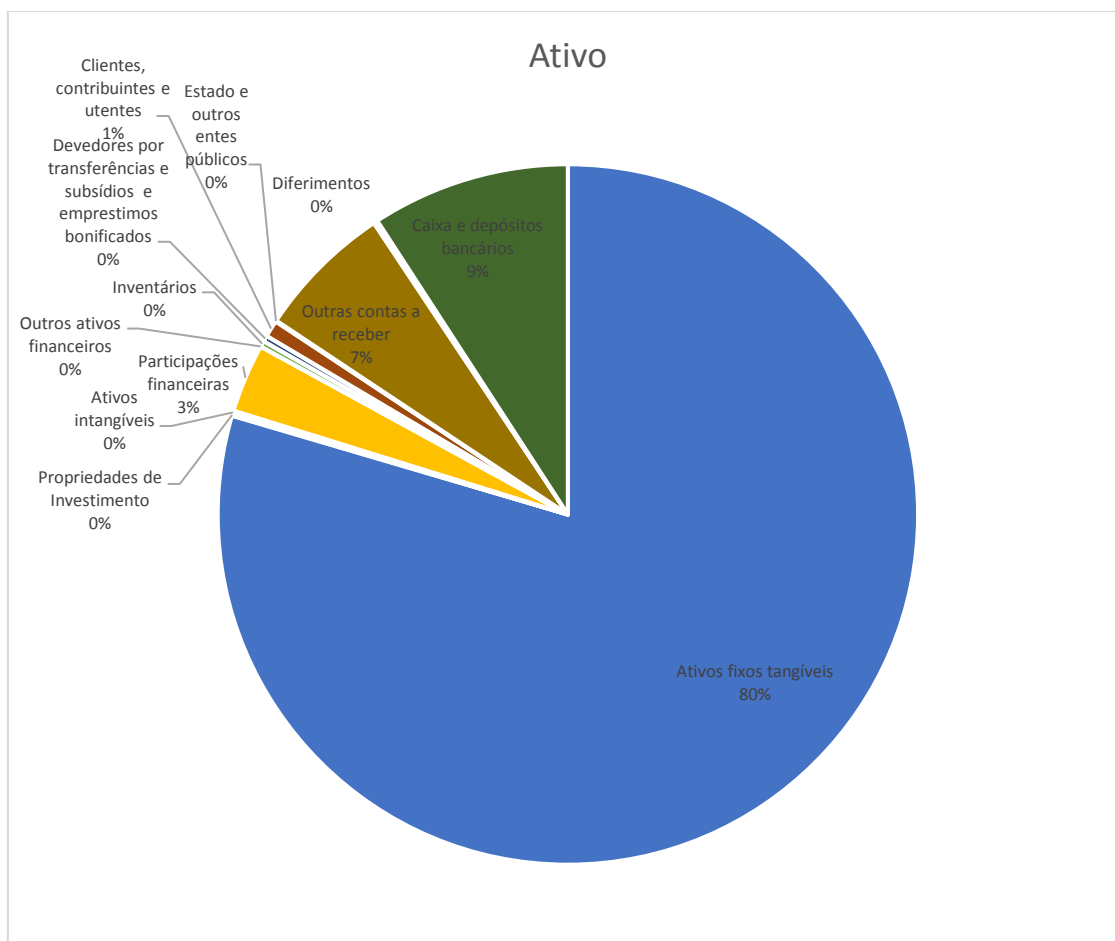
A consolidação de contas incidiu sobre a prestação de contas de 2020, com expressão nos balanços individuais seguintes:

- Município de Almada: 619.455.458,64 €;
- Serviços Municipalizados: 64.622.223,35€;
- WEMOB: 2.034.794,92€;
- Ageneal: 123.577,50 €;
- Arribatejo: 615.062,80 €;
- Novalmadavelha: 437.698,15 €.

O Balanço Consolidado, quando confrontado com o Balanço Individual do Município, permite apurar o forte peso da entidade consolidante, que exhibe aproximadamente 100% do total apurado para o grupo autárquico, sendo importante também mencionar que o facto da autarquia contabilizar nas suas contas individuais as entidades do grupo pelo Método da Equivalência Proporcional, seria esse o efeito esperado, dado que parte substancial do património das entidades sujeitas a consolidação já está integrada na rubrica de participações financeiras.

Observando a estrutura do **Ativo**, verifica-se que o Ativo não Corrente tem um peso de 83% e o Ativo Corrente apenas 17%, ambos face ao total do Ativo.

Ativo	2020	Peso
Ativos não corrente	524.554.240,68	83,08%
Ativos fixos tangíveis	502.319.315,31	79,55%
Propriedades de Investimento	423.675,36	0,07%
Ativos intangíveis	1.082.621,32	0,17%
Participações financeiras	20.026.302,02	3,17%
Outros ativos financeiros	17.088,59	0,00%
Diferimentos	685.238,08	0,11%
Ativo corrente	106.865.482,59	16,92%
Inventários	1.729.298,45	0,27%
Devedores por transferências e subsídios	1.711.700,37	0,27%
Devedores por empréstimos bonificados	25.000,00	0,00%
Cientes, contribuintes e utentes	4.903.644,35	0,78%
Estado e outros entes públicos	282.840,26	0,04%
Outras contas a receber	39.890.386,20	6,32%
Diferimentos	461.126,10	0,07%
Caixa e depósitos bancários	57.861.486,86	9,16%
Total do Ativo	631.419.723,27	100,00%



Os ativos fixos tangíveis da autarquia representam 80% do total do ativo, sendo que conforme já mencionado existiu em 2020 uma avaliação e regularização das infraestruturas viárias e uma regularização com registo ao Valor Patrimonial Tributável de todos os bens de domínio privado que tivessem essa valorização e fossem adquiridos previamente a 2020.

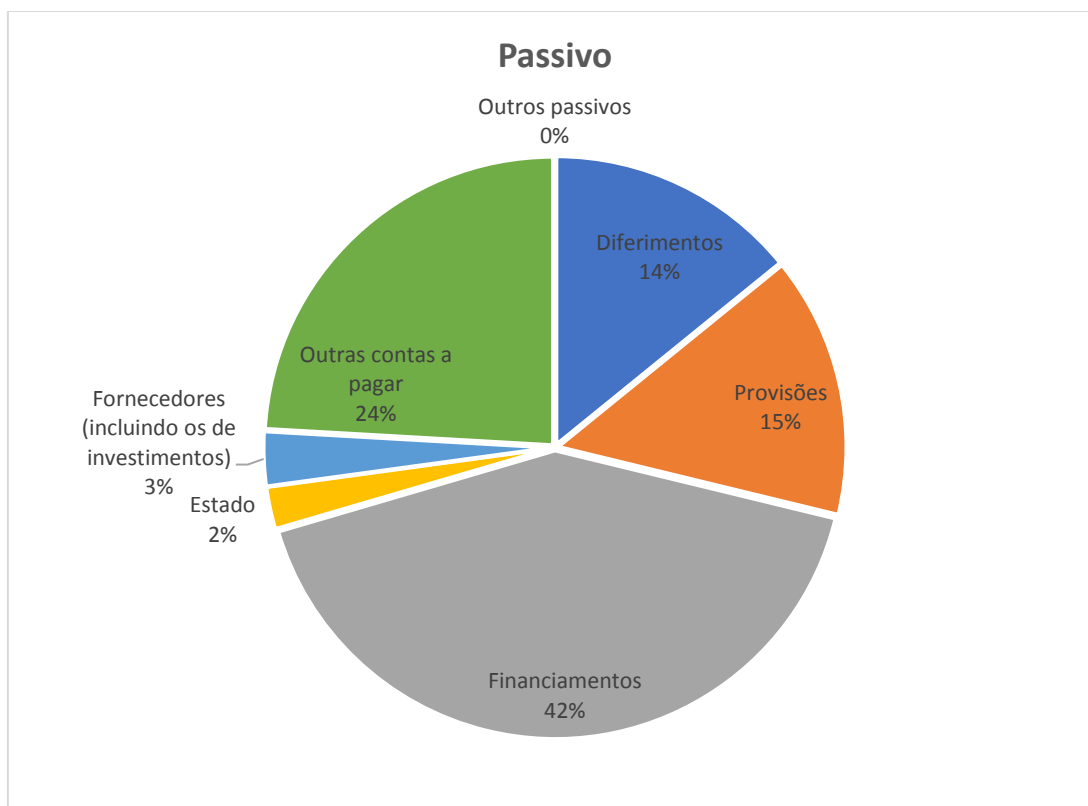
Em outras contas a receber, também se inclui a periodização económica dos impostos municipais, tendo especial relevo o Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar apenas em 2021, mas referente a 2020.

A rubrica de caixa e depósitos bancários ascende a 57,9 milhões de euros e representa 9,16% do ativo total, sendo que transitou em 2020 em depósitos a prazo o montante de 20 milhões de euros.

O valor de 5 milhões de euros registado na rubrica de clientes, já se encontra deduzido das imparidades acumuladas, representando efetivamente o montante expectável da recuperação dos saldos a receber.

Relativamente ao Passivo verifica-se que o mesmo, considerando até as provisões que não correspondem a obrigações orçamentais presentes, consegue ser totalmente coberto pelas disponibilidades financeiras da autarquia.

Passivo	2020	Peso
Passivo não corrente	29.117.196,78	4,61%
Provisões	7.949.667,31	1,26%
Financiamentos obtidos	17.984.741,02	2,85%
Fornecedores de investimentos	78.800,00	0,01%
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	0,00	0,00%
Diferimentos	1.678.136,67	0,27%
Outras contas a pagar	1.425.851,78	0,23%
Passivo corrente	25.162.037,12	3,98%
Fornecedores	1.543.888,52	0,24%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	300,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	1.290.406,66	0,20%
Financiamentos obtidos	4.634.808,29	0,73%
Fornecedores de investimentos	39.486,14	0,01%
Outras contas a pagar	11.652.990,93	1,85%
Diferimentos	6.000.156,58	0,95%
Total do Passivo	54.279.233,90	8,60%
Total do património líquido e passivo	631.419.723,27	100,00%



Em outras contas a pagar, encontra-se também refletida a periodização económica dos gastos, como por exemplo o subsídio de férias e encargos sociais dessas remunerações a pagar aos trabalhadores em 2021, mas relativos a direitos obtidos em 2020.

Os financiamentos obtidos compreendem a parte essencial do passivo não corrente e correspondem essencialmente a empréstimos de longo prazo e residualmente a locações financeiras. A componente de financiamentos obtidos de passivo corrente, inclui 1 milhão de euros de empréstimo de apoio à tesouraria contraído pela Wemob, sendo o restante decorrente de empréstimos e locações financeiras cujo pagamento se vence em 2021.

A análise comparativa com o ano de 2019 e anos anteriores, está significativamente prejudicada pelo facto de 2020 ser o primeiro ano de

aplicação do SNC-AP e o ano de 2019 ter sido apenas uma reclassificação das rubricas de POCAL para o novo normativo.

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das várias componentes do balanço de 2020 face a 2019.

	SNC-AP		Anterior normativo POCAL		Variação	
RUBRICAS	31/12/2020	Peso no total de balanço	31/12/2019	Peso no total de balanço	Valor	%
Ativo						
Ativos não corrente	524.554.240,68	83,08%	362.333.708,46	78,44%	162.220.532,22	44,77%
Ativos fixos tangíveis	502.319.315,31	79,55%	339.646.457,69	53,79%	162.672.857,62	47,89%
Propriedades de Investimento	423.675,36	0,07%		0,00%	423.675,36	
Ativos intangíveis	1.082.621,32	0,17%	1.354.136,27	0,21% -	271.514,95	-20,05%
Participações financeiras	20.026.302,02	3,17%	21.320.027,09	3,38% -	1.293.725,07	-6,07%
Outros ativos financeiros	17.088,59	0,00%	13.087,41	0,00%	4.001,18	30,57%
Diferimentos	685.238,08	0,11%		0,00%	685.238,08	
Activo corrente	106.865.482,59	16,92%	99.593.641,53	21,56%	7.271.841,06	7,30%
Inventários	1.729.298,45	0,27%	2.027.600,20	0,32% -	298.301,75	-14,71%
Devedores por transferências e subsídios	1.711.700,37	0,27%		0,00%	1.711.700,37	
Devedores por empréstimos bonificados	25.000,00	0,00%		0,00%	25.000,00	
Cientes, contribuintes e utentes	4.903.644,35	0,78%	3.852.207,21	0,61%	1.051.437,14	27,29%
Estado e outros entes públicos	282.840,26	0,04%	263.987,34	0,04%	18.852,92	7,14%
Outras contas a receber	39.890.386,20	6,32%	37.342.837,41	5,91%	2.547.548,79	6,82%
Diferimentos	461.126,10	0,07%	1.077.936,98	0,17% -	616.810,88	-57,22%
Caixa e depósitos bancários	57.861.486,86	9,16%	55.029.072,39	8,72%	2.832.414,47	5,15%
Total do Ativo	631.419.723,27	100,00%	461.927.349,99	100,00%	169.492.373,28	36,69%
Património líquido	577.140.489,37	91,40%	379.738.872,56	82,21%	197.401.616,81	51,98%
Património/Capital	179.343.599,07	28,40%	179.343.599,07	38,83%	-	0,00%
Reservas	39.542.210,06	6,26%	39.216.642,31	8,49%	325.567,75	0,83%
Resultados transitados	306.952.566,59	48,61%	132.702.474,24	28,73%	174.250.092,35	131,31%
Ajustamentos em ativos financeiros	5.438.163,37	0,86%	4.500.547,91	0,97%	937.615,46	20,83%
Outras variações no património líquido	44.549.637,75	7,06%	17.206.741,27	3,72%	27.342.896,48	158,91%
Resultado líquido do período	1.006.526,06	0,16%	6.386.632,77	1,38% -	5.380.106,71	-84,24%
Interesses que não controlam	307.786,47	0,05%	382.234,99	0,08% -	74.448,52	-19,48%
Passivo						
Passivo não corrente	29.117.196,78	4,61%	64.012.052,63	13,86%	-34.894.855,85	-54,51%
Provisões	7.949.667,31	1,26%	6.809.872,66	1,47%	1.139.794,65	16,74%
Financiamentos obtidos	17.984.741,02	2,85%	21.565.055,14	4,67%	-3.580.314,12	-16,60%
Fornecedores de investimentos	78.800,00	0,01%	83.600,00	0,02%	-4.800,00	-5,74%
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	0,00	0,00%		0,00%	0,00	
Diferimentos	1.678.136,67	0,27%	35.548.182,94	7,70%	-33.870.046,27	-95,28%
Outras contas a pagar	1.425.851,78	0,23%	5.341,89	0,00%	1.420.509,89	26591,90%
Passivo corrente	25.162.037,12	3,98%	18.176.424,80	3,93%	6.985.612,32	38,43%
Fornecedores	1.543.888,52	0,24%	1.066.078,17	0,23%	477.810,35	44,82%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	300,00	0,00%		0,00%	300,00	
Estado e outros entes públicos	1.290.406,66	0,20%	521.964,63	0,11%	768.442,03	147,22%
Financiamentos obtidos	4.634.808,29	0,73%	3.745.803,46	0,81%	889.004,83	23,73%
Fornecedores de investimentos	39.486,14	0,01%	207.391,66	0,04%	-167.905,52	-80,96%
Outras contas a pagar	11.652.990,93	1,85%	12.635.186,88	2,74%	-982.195,95	-7,77%
Diferimentos	6.000.156,58	0,95%		0,00%	6.000.156,58	
Total do Passivo	54.279.233,90	8,60%	82.188.477,43	17,79%	-27.909.243,53	-33,96%
Total do património líquido e passivo	631.419.723,27	100,00%	461.927.349,99	100,00%	169.492.373,28	36,69%

Importa referir que a variação do passivo corre essencialmente pela reclassificação parcial dos diferimentos, referentes a subsídios ao investimento, para a rubrica de outras variações do património líquido, sendo que a variação no ativo, conforme já mencionado deve-se essencialmente à análise e valorização de infraestruturas viárias e atribuição do valor patrimonial tributário aos bens do domínio privado (edifícios e outras construções).

No quadro seguinte apresentam-se alguns dos rácios mais relevantes na análise da posição financeira da autarquia, onde é fácil concluir que existe capacidade financeira para fazer face aos passivos assumidos.

Indicadores		2020		2019		Observações
Solvabilidade I	Património Líquido	577.140.489	1063%	379.738.873	462%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, i.e., evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de CP e MLP). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade face aos seus credores
	Passivo	54.279.234		82.188.477		
Solvabilidade II	Ativo Líquido	631.419.723	1163%	461.927.350	562%	Este indicador dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior, a unidade evidencia uma situação líquida negativa
	Passivo	54.279.234		82.188.477		
Autonomia Financeira	Património Líquido	577.140.489	91%	379.738.873	82%	Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%
	Ativo Líquido	631.419.723		461.927.350		
Liquidez Geral	Ativo corrente	106.865.483	425%	99.593.642	756%	Este indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Deve ser superior a 100% (situação de equilíbrio financeiro mínimo). Se for inferior a 100%, mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo. Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a CP podem ser pagos nos prazos adequados.
	Passivo corrente	25.162.037		18.176.425		
Liquidez Imediata	Caixa e bancos	57.861.487	230%	55.029.072	671%	Este indicador é idêntico ao anterior, considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser superior a 90%
	Passivo corrente	25.162.037		18.176.425		
Indicador das Imobilizações III	Património Líquido	577.140.489	110%	379.738.873	105%	Avalia cobertura do imobilizado pelo fundo patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser > 100%.
	AFT + AI + PI + PF	523.851.914		362.320.621		
Indicador das Imobilizações III	Passivo não corrente	29.117.197	6%	64.012.053	6%	Avalia cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do ativo imobilizado.
	AFT + AI + PI + PF	523.851.914		362.320.621		
% Imobilizado Líquido Total	AFT + AI + PI + PF	523.851.914	83%	362.320.621	78%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior a %, maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo.
	Ativo Líquido	631.419.723		461.927.350		
Endividamento I	Passivo	54.279.234	9%	82.188.477	18%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao passivo.
	Ativo Líquido	631.419.723		461.927.350		
Endividamento II	Dívidas (MLP + CP)	44.651.430	7%	39.830.422	6%	Mede o peso de capitais alheios no financiamento das atividades da entidade, indicando a dependência em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos da atividade laboral e tributária. Uma participação próxima de 100% denota insolvência e extrema dependência de terceiros. Deve ser ≤ 60%.
	Ativo Líquido	631.419.723		461.927.350		
Endividamento de CP	Passivo corrente-Diferimentos	19.161.881	3%	18.176.425	2%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de CP utilizado pela entidade.
	Ativo Líquido	631.419.723		461.927.350		
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	44.651.430	116%	39.830.422	73%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quando maior for o rácio de MLP, menor será o peso das dívidas de CP na dívida total, com menores pressões na tesouraria
	Passivo sem diferimentos e provisões	38.651.273		39.830.422		
Estrutura de Endividamento II	Passivo corrente-Diferimentos	19.161.881	50%	18.176.425	27%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante excluindo por isso os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior
	Passivo sem diferimentos e provisões	38.651.273		39.830.422		

Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

A generalidade das componentes dos Rendimentos e Gastos consolidados é determinada pelas contas individuais do Município e SMAS.

A Demonstração de Resultados permite avaliar o grau de eficiência conseguido em termos de atividade, de forma a efetuar uma previsão relativamente à capacidade que o grupo municipal detém para gerar fluxos de caixa.

Da análise à estrutura de **rendimentos**, verifica-se que o grupo tem uma independência financeira de apoio externo, dado que o somatório das rubricas de impostos e taxas, vendas e prestações de serviços, totaliza cerca 77% do total de rendimentos.

SNC-AP 31/12/2020	SNC-AP 2020	Peso total rendimentos
Rendimentos	123.714.674,25	100%
Impostos e taxas	61.576.066,77	50%
Vendas	11.822.324,88	10%
Prestações de serviços	21.983.423,90	18%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	22.752.600,48	18%
Trabalhos para a própria entidade	84.738,82	0%
Outros rendimentos e ganhos	5.494.534,87	4%
Juros e rendimentos similares obtidos	984,53	0%

Contribui significativamente para a capacidade financeira do município a rubrica de impostos e taxas, que totaliza em 2020 cerca de 62 milhões de euros.

Comparativamente com 2019 e apesar de existirem alterações na contabilização de alguns rendimentos, como por exemplo a componente do Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital que passou a ser reconhecida diretamente em património líquido, é notória a redução da rubrica de impostos e taxas, que inclui o impacto conjuntural da pandemia da Covid 19 e que deverá ser atenuada nos próximos anos.

SNC-AP 31/12/2020	SNC-AP 2020	Peso total rendimentos	Anterior normativo POCAL 2019	Peso total rendimentos	Variação 2020-2019	
					Valor	%
Rendimentos	123.714.674,25	100%	128.695.058,50	100%	- 4.980.384,25	-4%
Impostos e taxas	61.576.066,77	50%	65.189.781,59	51%	-3.613.714,82	-6%
Vendas	11.822.324,88	10%	11.112.219,48	9%	710.105,40	6%
Prestações de serviços	21.983.423,90	18%	23.600.860,24	18%	-1.617.436,34	-7%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	22.752.600,48	18%	20.671.568,53	16%	2.081.031,95	10%
Trabalhos para a própria entidade	84.738,82	0%	42.921,87	0%	41.816,95	97%
Outros rendimentos e ganhos	5.494.534,87	4%	8.073.791,72	6%	-2.579.256,85	-32%
Juros e rendimentos similares obtidos	984,53	0%	3.915,07	0%	-2.930,54	-75%

Pelo quadro anterior verifica-se uma diminuição global dos rendimentos em 4% face ao ano de 2019, tendo contribuído para essa redução a rubrica de Impostos e taxas, bem como a rubrica de prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos.

Inversamente, existiu um incremento da rubrica de transferências e subsídios à exploração e vendas, mas não foi suficiente para evitar a contração significativa dos rendimentos em 2020.

Analisando a estrutura de gastos constata-se que são os Gastos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos, os quais contribuem para o total dos Gastos Operacionais com 71%.

SNC-AP 31/12/2020	SNC-AP 2020	Peso total gastos
Gastos	122.783.871,14	100%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	76.090,65	0%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.172.525,07	2%
Fornecimentos e serviços externos	36.422.977,33	30%
Gastos com o pessoal	49.978.628,56	41%
Transferências e subsídios concedidos	14.776.633,27	12%
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	61.267,41	0%
Provisões (aumentos/reduções)	1.161.288,19	1%
Outros gastos e perdas	1.924.868,04	2%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16.015.798,97	13%
Juros e gastos similares suportados	188.240,76	0%
Imposto sobre os rendimentos	5.552,89	0%

Assume também um papel relevante na estrutura de gastos o montante despendido em transferências e subsídios concedidos e ainda os gastos com depreciações e amortizações, sendo que estes últimos não envolvem um dispêndio financeiro, apenas se destinam a evidenciar contabilisticamente o desgaste dos bens de investimento.

Comparativamente a 2019, temos que existiu um incremento dos gastos totais em 452 mil euros, representando cerca de 0,4%.

SNC-AP 31/12/2020	SNC-AP 2020	Peso total gastos	Anterior normativo POICAL 2019	Peso total gastos	Varição 2020-2019 Valor	%
Gastos	122.783.871,14	100%	122.331.429,56	100%	452.441,58	0%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	76.090,65	0%	90.622,13	0%	-14.531,48	-16%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.172.525,07	2%	2.235.911,35	2%	-63.386,28	-3%
Fornecimentos e serviços externos	36.422.977,33	30%	35.360.521,37	29%	1.062.455,96	3%
Gastos com o pessoal	49.978.628,56	41%	49.452.685,73	40%	525.942,83	1%
Transferências e subsídios concedidos	14.776.633,27	12%	11.476.722,84	9%	3.299.910,43	29%
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	61.267,41	0%	3.335.199,34	3%	-3.273.931,93	
Provisões (aumentos/reduções)	1.161.288,19	1%	-132.686,85	0%	1.293.975,04	-975%
Outros gastos e perdas	1.924.868,04	2%	5.945.150,29	5%	-4.020.282,25	-68%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16.015.798,97	13%	14.263.710,86	12%	1.752.088,11	12%
Juros e gastos similares suportados	188.240,76	0%	298.370,40	0%	-110.129,64	-37%
Imposto sobre o rendimentos	5.552,89	0%	5.222,10	0%	330,79	6%

Em valores absolutos, contribuíram para o maior incremento dos gastos as rubricas de pessoal, depreciações e amortizações e ainda a rubrica de fornecimentos e serviços externos. Nesta análise é necessário ter em consideração que conforme já mencionado existiu um incremento dos ativos fixos tangíveis pela análise efetuada às infraestruturas rodoviárias e alteração da mensuração para o Valor Patrimonial Tributário de bens do domínio privado (edifícios e outras construções), pelo que os gastos com depreciações tiveram um incremento substancial.

Fator relevante, foi também a necessidade de atribuição de transferências e subsídios correntes, tendo essa rubrica um incremento total de 3,3 milhões de euros em 2020 face a 2019.

Em sentido inverso a constituição de novas imparidades para dívidas a receber teve uma redução de 3,3 milhões de euros.

Pelos gastos e rendimentos gerados no período, o grupo municipal apurou um resultado líquido de 930.803,11 euros, onde 1.006.526,06 euros são atribuíveis à entidade mãe e o montante negativo de 75.722,95 euros é atribuível com o resultado dos interesses que não controlam. Para efeitos de apuramento de Interesses que não controlam, estes ao nível do balanço totalizam 307.876,47 euros.

Análise Orçamental

Com a aplicação do SNC-AP o perímetro orçamental da autarquia foi alterado, deixando de incluir a Wemob e pela primeira vez existe a preparação da Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental.

Em 2020 foi apurado um total de receita de 164 milhões de euros, onde se inclui uma receita efetiva de 112 milhões de euros e o saldo de gerência orçamental transitado de 51 milhões de euros.

Rubrica	RECEBIMENTOS	2020
	Saldo de gerência anterior	54.772.100,45
	Operações orçamentais [1]	51.380.119,04
	Restituição do saldo oper. orçamentais	51.380.119,04
	Operações de tesouraria [A]	3.391.981,41
	Receita corrente	109.915.731,52
R1	Receita fiscal	55.087.374,71
R11	Impostos diretos	55.087.374,71
R12	Impostos indiretos	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	5.134.000,37
R4	Rendimentos de propriedade	2.951.985,57
R5	Transferências Correntes	21.899.595,55
R6	Venda de bens e serviços	24.624.383,34
R7	Outras receitas correntes	174.554,14
	Receita de capital	1.525.438,40
R8	Venda de bens de investimento	97.770,50
R9	Transferências de Capital	1.391.583,60
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	446.028,07
	Receita efetiva [2]	111.887.197,99
	Receita não efetiva [3]	249.446,13
R12	Receita com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	249.446,13
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	163.516.763,16
	Operações de tesouraria [B]	7.476.934,03

O total de pagamentos cifrou-se em 139 milhões de euros, mas destes apenas 116 milhões de euros correspondem a despesa efetiva, dado que como despesa não efetiva temos o pagamento de passivos financeiros em 3 milhões de euros e a realização de depósito a prazo de 20 milhões de euros.

Rubrica	PAGAMENTOS	2020
	Despesa corrente	97.343.869,95
D1	Despesas com o pessoal	46.519.362,18
D2	Aquisição de bens e serviços	31.151.069,54
D3	Juros e outros encargos	186.398,78
D4	Transferências correntes	4.198.173,25
D5	Subsídios	434.600,00
D6	Outras despesas correntes	1.819.601,03
	Despesa de capital	18.278.842,71
D7	Investimento	16.686.888,81
D8	Transferências de capital	1.591.953,90
D9	Outras despesas de capital	0,00
	Despesa efetiva [5]	115.622.712,66
	Despesa não efetiva [6]	23.271.507,69
D10	Despesa com ativos financeiros	20.015.000,00
D11	Despesa com passivos financeiros	3.256.507,69
	Soma [7]=[5]+[6]	138.894.220,35
	Operações de tesouraria [C]	2.075.765,92

O total de despesa realizada e de receita arrecadada permitiu a obtenção de um saldo de gerência orçamental consolidado de 25 milhões de euros, que de acordo com a nova forma de contabilização em SNC-AP não inclui o montante de 20 milhões de euros de depósitos a prazo, sendo que em POCAL o saldo de gerência consolidado totalizaria 45 milhões de euros.

APURAMENTO	2020
Saldo para a gerência seguinte	33.415.692,33
Operações orçamentais [8] = [4]- [7]	24.622.542,81
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	8.793.149,52
Saldo global [2] - [5]	-3.735.514,67
Despesa primária	115.436.313,88
Saldo corrente	12.571.861,57
Saldo de capital	-16.753.404,31
Saldo primário	-3.549.115,89
Receita total [1] + [2] + [3]	163.516.763,16
Despesa total [5] + [6]	138.894.220,35

O saldo corrente apurado nos termos da NCP 26 é positivo em 13 milhões de euros e serviu para financiar parcialmente a despesa de capital, cujo saldo se apresenta negativo em 17 milhões de euros.

É apresentada também a demonstração consolidada dos direitos e obrigações, sendo que não foram identificados saldos orçamentais comuns entre as entidades, considera-se também que esta demonstração é referente aos direitos por receber e obrigações por pagar no final do período.

2 Demonstrações Orçamentais Consolidadas

2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

1 — Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Rubrica	RECEBIMENTOS	2020	Rubrica	PAGAMENTOS	2020
	Saldo de gerência anterior	54.772.100,45			
	Operações orçamentais [1]	51.380.119,04			
	Restituição do saldo oper. orçamentais	51.380.119,04			
	Operações de tesouraria [A]	3.391.981,41			
	Receita corrente	109.915.731,52		Despesa corrente	97.343.869,95
R1	Receita fiscal	55.087.374,71	D1	Despesas com o pessoal	46.519.362,18
R11	Impostos diretos	55.087.374,71	D11	Remunerações Certas e Permanentes	35.064.653,30
R12	Impostos indiretos	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	2.340.405,41
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D13	Segurança social	9.114.303,47
R3	Taxas, multas e outras penalidades	5.134.000,37	D2	Aquisição de bens e serviços	31.151.069,54
R4	Rendimentos de propriedade	2.951.985,57	D3	Juros e outros encargos	186.398,78
R5	Transferências Correntes	21.899.595,55	D4	Transferências correntes	4.198.173,25
R51	Administrações Públicas	21.610.609,84	D41	Administrações Públicas	4.198.173,25
R511	Administração Central - Estado	21.470.872,92	D411	Administração Central - Estado	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	139.736,92	D412	Administração Central - Outras entidades	0,00
R513	Segurança Social	0,00	D413	Segurança Social	0,00
R514	Administração Regional	0,00	D414	Administração Regional	0,00
R515	Administração Local	43.837,84	D415	Administração Local	4.198.173,25
R52	Exterior - UE	288.985,71	D42	Instituições sem fins lucrativos	8.405.266,86
R53	Outras	0,00	D43	Famílias	93.725,06
R6	Venda de bens e serviços	24.624.383,34	D44	Outras	337.500,00
R7	Outras receitas correntes	174.554,14	D5	Subsídios	434.600,00
	Receita de capital	1.525.438,40	D6	Outras despesas correntes	1.819.601,03
R8	Venda de bens de investimento	97.770,50		Despesa de capital	18.278.842,71
R9	Transferências de Capital	1.391.583,60	D7	Investimento	16.686.888,81
R91	Administrações Públicas	1.391.583,60	D8	Transferências de capital	1.591.953,90
R911	Administração Central - Estado	1.364.506,75	D81	Administrações Públicas	926.718,54
R912	Administração Central - Outras entidades	27.076,85	D811	Administração Central - Estado	0,00
R913	Segurança Social	0,00	D812	Administração Central - Outras entidades	0,00
R914	Administração Regional	0,00	D813	Segurança Social	0,00
R915	Administração Local	0,00	D814	Administração Regional	0,00
R92	Exterior - UE	0,00	D815	Administração Local	926.718,54
R93	Outras	0,00	D82	Instituições sem fins lucrativos	665.235,36
R10	Outras receitas de capital	36.084,30	D83	Famílias	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	446.028,07	D84	Outras	0,00
	Receita efetiva [2]	111.887.197,99	D9	Outras despesas de capital	0,00
	Receita não efetiva [3]	249.446,13		Despesa efetiva [5]	115.622.712,66
R12	Receita com ativos financeiros	0,00		Despesa não efetiva [6]	23.271.507,69
R13	Receita com passivos financeiros	249.446,13	D10	Despesa com ativos financeiros	20.015.000,00
			D11	Despesa com passivos financeiros	3.256.507,69
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	163.516.763,16		Soma [7]=[5]+[6]	138.894.220,35
	Operações de tesouraria [B]	7.476.934,03		Operações de tesouraria [C]	2.075.765,92
				Saldo para a gerência seguinte	33.415.692,33
				Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	24.622.542,81
				Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	8.793.149,52
				Saldo global [2] - [5]	-3.735.514,67
				Despesa primária	115.436.313,88
				Saldo corrente	12.571.861,57
				Saldo de capital	-16.753.404,31
				Saldo primário	-3.549.115,89
				Receita total [1] + [2] + [3]	163.516.763,16
				Despesa total [5] + [6]	138.894.220,35

2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

2 — Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	RECEBIMENTOS	2020	Rubrica	PAGAMENTOS	2020
	Receita corrente	19.945.403,79		Despesa corrente	2.186.512,08
R1	Receita fiscal	1.922,69	D1	Despesas com o pessoal	1.222.720,55
R11	Impostos diretos	1.922,69	D11	Remunerações Certas e Permanentes	606.879,40
R12	Impostos indiretos	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	33.861,37
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D13	Segurança social	581.979,78
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.712.259,53	D2	Aquisição de bens e serviços	955.006,37
R4	Rendimentos de propriedade	136.223,95	D3	Juros e outros encargos	674,15
R5	Transferências Correntes	1.257.336,68	D4	Transferências correntes	0,00
R51	Administrações Públicas	977.578,72	D41	Administrações Públicas	0,00
R511	Administração Central - Estado	12.653,50	D411	Administração Central - Estado	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	0,00	D412	Administração Central - Outras entidades	0,00
R513	Segurança Social	0,00	D413	Segurança Social	0,00
R514	Administração Regional	0,00	D414	Administração Regional	0,00
R515	Administração Local	964.925,22	D415	Administração Local	0,00
R52	Exterior - UE	0,00	D42	Instituições sem fins lucrativos	0,00
R53	Outras	279.757,96	D43	Famílias	0,00
R6	Venda de bens e serviços	15.868.959,35	D44	Outras	0,00
R7	Outras receitas correntes	968.701,59	D5	Subsídios	6.325,90
	Receita de capital	1.994.925,73	D6	Outras despesas correntes	1.785,11
R8	Venda de bens de investimento	178.529,39		Despesa de capital	79.300,75
R9	Transferências de Capital	1.546.787,74	D7	Investimento	74.496,37
R91	Administrações Públicas	1.500.451,52	D8	Transferências de capital	4.804,38
R911	Administração Central - Estado	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	1.500.451,52	D811	Administração Central - Estado	0,00
R913	Segurança Social	0,00	D812	Administração Central - Outras entidades	0,00
R914	Administração Regional	0,00	D813	Segurança Social	0,00
R915	Administração Local	0,00	D814	Administração Regional	0,00
R92	Exterior - UE	0,00	D815	Administração Local	0,00
R93	Outras	46.336,22	D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00
R10	Outras receitas de capital	97.737,38	D83	Famílias	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	171.871,22	D84	Outras	0,00
	Receita efetiva [2]	21.940.329,52	D9	Outras despesas de capital	0,00
				Despesa efetiva [5]	2.265.812,83
	Receita não efetiva [3]	14.119,33		Despesa não efetiva [6]	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	14.119,33	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	21.954.448,85		Soma [7]=[5]+[6]	2.265.812,83
				Receita total [1] + [2] + [3]	21.954.448,85
				Despesa total [5] + [6]	2.265.812,83

3 Demonstrações Financeiras

3.1 Balanço Consolidado

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	Período	
		SNC-AP	Anterior normativo POAL
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativos não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	3	502.319.315,31	339.646.457,69
Propriedades de Investimento	8	423.675,36	
Ativos intangíveis	5	1.082.621,32	1.354.136,27
Participações financeiras	22	20.026.302,02	21.320.027,09
Outros ativos financeiros		17.088,59	13.087,41
Diferimentos	23	685.238,08	
		524.554.240,68	362.333.708,46
Ativo corrente:			
Inventários	10	1.729.298,45	2.027.600,20
Devedores por transferências e subsídios	9,18	1.711.700,37	
Devedores por empréstimos bonificados	9,18	25.000,00	
Clientes, contribuintes e utentes	9,18	4.903.644,35	3.852.207,21
Estado e outros entes públicos		282.840,26	263.987,34
Outras contas a receber	9,18	39.890.386,20	37.342.837,41
Diferimentos		461.126,10	1.077.936,98
Caixa e depósitos bancários		57.861.486,86	55.029.072,39
		106.865.482,59	99.593.641,53
Total do Ativo		631.419.723,27	461.927.349,99
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	179.343.599,07	179.343.599,07
Reservas	23	39.542.210,06	39.216.642,31
Resultados transitados	23	306.952.566,59	132.702.474,24
Ajustamentos em ativos financeiros	23	5.438.163,37	4.500.547,91
Outras variações no património líquido	23	44.549.637,75	17.206.741,27
Resultado líquido do período		1.006.526,06	6.386.632,77
Interesses que não controlam		307.786,47	382.234,99
Total do Património Líquido		577.140.489,37	379.738.872,56
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	7.949.667,31	6.809.872,66
Financiamentos obtidos	7	17.984.741,02	21.565.055,14
Fornecedores de investimentos	18	78.800,00	83.600,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00	
Diferimentos	23	1.678.136,67	35.548.182,94
Outras contas a pagar	18	1.425.851,78	5.341,89
		29.117.196,78	64.012.052,63
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1.543.888,52	1.066.078,17
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	300,00	
Estado e outros entes públicos	23	1.290.406,66	521.964,63
Financiamentos obtidos	7	4.634.808,29	3.745.803,46
Fornecedores de investimentos	18	39.486,14	207.391,66
Outras contas a pagar	18	11.652.990,93	12.635.186,88
Diferimentos	23	6.000.156,58	
		25.162.037,12	18.176.424,80
Total do passivo		54.279.233,90	82.188.477,43
Total do património líquido e passivo		631.419.723,27	461.927.349,99

3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

Demonstração dos resultados por natureza consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Período	
		SNC-AP	Anterior normativo POAL
		31/12/2020	31/12/2019
Impostos e taxas	14	61.576.066,77	65.189.781,59
Vendas	13	11.822.324,88	11.112.219,48
Prestações de serviços	13	21.983.423,90	23.600.860,24
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	22.752.600,48	20.671.568,53
Trabalhos para a própria entidade		84.738,82	42.921,87
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-76.090,65	-90.622,13
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-2.172.525,07	-2.235.911,35
Fornecimentos e serviços externos	23	-36.422.977,33	-35.360.521,37
Gastos com o pessoal	19	-49.978.628,56	-49.452.685,73
Transferências e subsídios concedidos	23	-14.776.633,27	-11.476.722,84
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	9	-61.267,41	-3.335.199,34
Provisões (aumentos/reduções)	15	-1.161.288,19	132.686,85
Outros rendimentos e ganhos	13,14,23	5.494.534,87	8.073.791,72
Outros gastos e perdas	23	-1.924.868,04	-5.945.150,29
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos		17.139.411,20	20.927.017,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3,5	-16.015.798,97	-14.263.710,86
Resultado operacional(antes de gastos de financiamentos)		1.123.612,23	6.663.306,37
Juros e rendimentos similares obtidos		984,53	3.915,07
Juros e gastos similares suportados		-188.240,76	-298.370,40
Resultado antes de impostos		936.356,00	6.368.851,04
Imposto sobre o rendimentos		-5.552,89	-5.222,10
Resultado líquido do período		930.803,11	6.363.628,94
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.006.526,06	6.386.632,77
Interesses que não controlam		-75.722,95	-23.003,83

3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Demonstração (individual ou consolidada) dos fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Notas	Período
		2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		32.691.532,65
Recebimentos de contribuintes		55.087.374,71
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		21.778.905,71
Recebimentos de utentes		4.596.809,85
Pagamento a fornecedores		-36.903.379,86
Pagamentos ao pessoal		-48.221.845,05
Pagamentos de transferências e subsídios correntes		-14.770.205,02
Caixa gerada pelas operações		14.259.192,99
Outros recebimentos/pagamentos		469.953,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		14.729.146,41
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		-9.689.852,64
Ativos intangíveis		-1.020.795,29
Propriedades de Investimento		-15.000,00
Investimentos financeiros		-83,16
Outros ativos		-189,16
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		83.491,70
Ativos intangíveis		0,00
Propriedades de Investimento		0,00
Investimentos financeiros		250.309,67
Outros ativos		0,00
Subsídios ao investimento		907.824,78
Transferências de capital		747.324,28
Juros e rendimentos similares		1.042,28
Dividendos		0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (b)		-8.735.927,54
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		1.200.470,74
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00
Cobertura de prejuízos		0,00
Doações		0,00
Outras operações de financiamento		0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-4.167.306,29
Juros e gastos similares		-193.968,85
Dividendos		0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00
Outras operações de financiamento		0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-3.160.804,40
Variações de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2.832.414,47
Efeito das diferenças de câmbio		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		55.029.072,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período		57.861.486,86
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GÊRENCIA		
Caixa e seu equivalentes no início do período		55.029.072,39
(-)Equivalentes a Caixa no início do período		
(-) Variações cambiais de caixa no início do período		
(=)Saldo da gerência anterior		55.029.072,39
De execução orçamental		51.615.512,47
De operações de tesouraria		3.413.559,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		57.861.486,86
(-)Equivalentes a Caixa no fim do período		-20.000.000,00
(-) Variações cambiais de caixa no fim do período		
(=)Saldo da gerência seguinte		37.861.486,86
De execução orçamental		34.751.341,50
De operações de tesouraria		3.110.145,36

3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido

Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do Património líquido
		Capital/ Património Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	179.343.599,07	0,00			39.216.642,31	132.702.474,24	4.500.547,91	0,00	17.206.741,27	6.386.632,77	379.356.637,57	382.234,99	379.738.872,56
ALTERAÇÃO NO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.177.116,55	1.182.641,39	0,00	28.342.197,88	0,00	198.701.955,82	0,00	198.701.955,82
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23	0,00	0,00	0,00	0,00	325.567,75	5.072.975,80	-245.025,93	0,00	-999.301,40	-6.386.632,77	-2.232.416,55	-74.448,52	-2.306.865,07
	[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	325.567,75	174.250.092,35	937.615,46	0,00	27.342.896,48	-6.386.632,77	196.469.539,27	-74.448,52	196.395.090,75
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]										1.006.526,06	1.006.526,06		1.006.526,06
RESULTADO INTEGRAL	[4]=[2]+[3]										-5.380.106,71	197.476.065,33	-74.448,52	197.401.616,81
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património											0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas											0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações											0,00	0,00	0,00	0,00
	[5]										0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	[6]=[1]+[2]+[3]+[5]	179.343.599,07	0,00	0,00	0,00	39.542.210,06	306.952.566,59	5.438.163,37	0,00	44.549.637,75	1.006.526,06	576.832.702,90	307.786,47	577.140.489,37

3.5 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

0. NOTA DA TRANSIÇÃO

A) – Referencial contabilístico e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro), as quais contemplam os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foi adotado o procedimento consignado no manual de implementação, que incorpora a opção prevista na IPSAS 33, o qual refere que as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o SNC-AP devem incluir o ano anterior como informação comparativa sem necessidade de reexpressar a mesma de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes.

Assim, o exercício de 2019 está apresentado com base nas políticas e princípios do Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL). Desta forma, não foi aplicado o mesmo referencial contabilístico aos saldos reportados a 31 de dezembro de 2019, tendo apenas efetuado a reclassificação para o novo plano de contas, o que poderá colocar em causa a comparabilidade da informação financeira.

Sendo este o primeiro exercício em que é obrigatório a preparação da demonstração dos fluxos de caixa consolidados nos termos da NCP 1, a mesma não apresenta dados comparativos a 31 de dezembro de 2019.

B) - Indicação e comentário às contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As Demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC-AP.

De acordo com o estipulado no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, foram desenvolvidas regras estabelecidas, as quais passaram por:

1. Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
2. Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
3. Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria; e
4. Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa. Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar neste ano de transição, as quais passamos a apresentar.

Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados.

A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro e com reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

- Mensuração dos Bens imóveis pelo seu Valor Patrimonial Tributário;
- Infraestruturas mensuradas com base na avaliação efetuada por entidade externa, com o apoio da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública (informação de serviço n.º 82/2021/DPAT);
- Desreconhecimento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (firmes ou em curso) para os quais não se esperariam obter benefícios económicos futuros, e as respetivas depreciações e amortizações acumuladas, quando aplicável;
- Revisão das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Reclassificação de Imóveis para Propriedades de Investimento, nos termos da NCP 8;
- Reconhecimento pelo Método da Equivalência Patrimonial das participações onde existe controlo ou influência significativa;

- Reforço de imparidades em Contas a Receber;
- Utilização da *conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados* – fazendo-se relevar as operações específicas da Administração Pública nomeadamente as quantias recebidas por transferências de organismos no âmbito de empréstimos de financiamento e projetos co-financiados;
- Utilização da *conta 28 – Diferimentos* - refletindo os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POAL), nomeadamente relacionados com a execução dos projetos co-financiados, que ainda não tenham sido verificadas as condições a eles associadas;
- Reclassificação para fundos patrimoniais dos valores relativos aos subsídios ao investimento (conta de proveitos diferidos em POAL), os quais são reconhecidos em rendimentos na proporção das respetivas depreciações.

Nesta data não existe a informação considerada necessária para fazer refletir os ajustamentos decorrentes da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.

Reconciliação entre o património líquido relatado em POAL em 31/12/2019 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 1/1/2020

As variações decorrentes da transição no património líquido são as que se apresentam no mapa abaixo.

Reconciliação do resultado relatado segundo o POAL em 31 de dezembro de 2019 com o resultado líquido apresentado em 1/1/2020

Não se efetuaram alterações nos resultados segundo o relatado em POAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020.

Utilização do justo valor como custo considerado

Para efeitos de transição, foi considerado o Valor Patrimonial Tributário para a mensuração dos bens imóveis titulados pela autarquia, passando a ser esse o custo considerado para efeitos de determinação da quantia escriturada bruta a partir de 1/1/2020, mantendo-se o custo para os bens titulados pelas restantes entidades.

Foi efetuada a inventariação e avaliação das infraestruturas rodoviárias municipais, para dar cumprimento ao estabelecido na NCP 5. Para o efeito foram considerados os seguintes pressupostos de reconhecimento:

- Vias inseridas em zonas urbanas consolidadas – consulta ao cadastro da DGT;
- Antigos caminhos vicinais, atualmente pavimentados e destinados ao trânsito automóvel local, de uso público, pacífico e de boa fé, que constam do cadastro rústico da DGT e já possuem toponímia atribuída;
- Vias resultantes de operações urbanísticas tituladas pelo Município e por este rececionadas;
- Vias colocadas na posse do Município por meio de instrumento legal, designadamente legislação, auto de cessão ou de transferência;
- Vias inseridas em AUGI e Núcleos de Lotes destacados, cujas obras de loteamento foram rececionadas pelo Município;

Estes Bens foram objeto de avaliação quanto ao seu estado e tipo de piso por parte da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública.

Através de empresa de consultoria externa, os bens foram objeto de mensuração, tendo sido atribuído um valor de 68.209.300 euros.

Este valor passa a ser o custo considerado a partir de 1/1/2020 destes ativos.

C) - Divulgações necessárias quanto às quantias comparativas reclassificadas

Apresenta-se no mapa seguinte os ajustamentos decorrentes da reclassificação das quantias decorrentes da transição do POCAL para o SNC-AP:

	Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Crítério de mensuração	Imparidades/ Reversões	Outros	Erros	Reclassificações	SNC-AP (01-01-2020)		
Activos não corrente:											
Activos fixos tangíveis	339.646.457,69	68.209.300,00	-	17.127.179,32	127.006.951,45	-	-	8.898.720,25	-	426.658,10	508.410.151,47
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	426.620,16	426.620,16
Ativos intangíveis	1.354.136,27	-	-	317.293,46	-	-	-	-	-	-	1.036.842,81
Participações financeiras	21.320.027,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.320.027,09
Outros activos financeiros	13.087,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.087,41
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	699.423,34	699.423,34
Activo corrente:											
Inventários	362.333.708,46	68.209.300,00	-	17.444.472,78	127.006.951,45	-	-	8.898.720,25	-	699.385,40	531.906.152,28
Ativos biológicos	2.027.600,20	-	-	-	-	-	-	2.231,92	-	260.491,95	1.764.876,13
Devedores por transferências e subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	3.852.207,21	-	-	-	-	157.929,73	-	-	-	-	3.694.277,48
Estado e outros entes públicos	263.987,34	-	-	-	-	-	-	511,00	-	-	263.476,34
Outras contas a receber	37.342.837,41	-	-	-	-	128.846,99	-	50.054,52	-	-	37.163.935,90
Diferimentos	1.077.936,98	-	-	-	-	-	-	-	-	438.931,38	639.005,66
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	55.029.072,39	-	-	-	-	-	-	49,88	-	-	55.029.022,51
	99.593.643,53	0,00	0,00	0,00	-286.776,72	-52.847,32	0,00	-699.423,33	-	-	98.554.594,16
Total do Ativo	461.927.349,99	68.209.300,00	-17.444.472,78	127.006.951,45	-286.776,72	-8.951.567,57	0,00	-37,93			630.460.746,44
PATRIMÓNIO LÍQUIDO											
Património/Capital	179.343.599,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179.343.599,07
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	39.216.642,31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.216.642,31
Resultados transitados	132.702.474,24	68.609.719,14	-17.444.472,78	125.320.008,54	286.776,72	7.021.323,69	-	37,94	-	-	301.879.590,79
Ajustamentos em ativos financeiros	4.500.547,91	-	-	-	-	1.182.641,39	-	-	-	-	5.683.189,30
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações no património líquido	17.206.741,27	-	-	-	-	-	-	-	-	28.342.197,88	45.548.939,15
Resultado líquido do período	6.386.632,77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.386.632,77
Interesses que não controlam	382.234,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	382.234,99
Total do Património Líquido	379.738.872,56	68.609.719,14	-17.444.472,78	125.320.008,54	-286.776,72	-5.838.682,30	-	28.342.159,94			578.440.828,38
Passivo											
Passivo não corrente											
Provisões	6.809.872,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.809.872,66
Financiamentos obtidos	21.565.055,14	-	-	-	-	-	-	18.980.798,34	-	-	40.545.853,48
Fornecedores de investimentos	83.600,00	-	-	-	-	-	-	83.600,00	-	-	167.200,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	35.548.182,94	-	-	-	-	-	-	2.253.130,83	-	-	32.295.053,11
Outras contas a pagar	5.341,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.796.191,17
	64.012.052,63	-100.419,14	0,00	0,00	0,00	-2.253.130,83	0,00	-9.277.799,54	-	-	52.380.703,12
Passivo corrente											
Credores por transferências e subsídios concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	1.066.078,17	-	-	-	-	-	-	16.797,56	-	-	1.082.875,73
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	521.964,63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	521.964,63
Financiamentos obtidos	3.745.803,46	-	-	-	-	-	-	18.980.798,34	-	-	15.234.994,88
Fornecedores de investimentos	207.391,66	-	-	-	-	-	-	83.600,00	-	-	20.801,29
Outras contas a pagar	12.635.186,88	-	-	-	-	-	-	17.249,34	-	-	12.652.436,22
Diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	18.176.434,80	0,00	0,00	0,00	0,00	-110.546,05	0,00	-19.064.398,34	-	-	-998.519,59
Total do passivo	82.188.477,43	-100.419,14	0,00	0,00	0,00	-2.363.676,88	0,00	-28.342.197,88			51.382.183,55
Total do património líquido e passivo	461.927.349,99	68.509.300,00	-17.444.472,78	125.320.008,54	-286.776,72	-8.202.359,18	0,00	-37,94			629.823.011,91

Em termos de transição, a CMA teve um impacto positivo no seu Património Líquido, no valor de 198.701.955,82 euros.

Os impactos mais significativos estão relacionados com as seguintes matérias:

- Reconhecimento das Infraestruturas rodoviárias em ativos fixos tangíveis, nos termos da NCP 5, com impacto de 68.209.300 euros;
- Alteração da política de mensuração dos imóveis (Terrenos e Edifícios), para o Valor Patrimonial Tributário, com um impacto de aproximadamente 127 milhões de euros;
- Reclassificação dos Proveitos Diferidos relativos aos Subsídios ao Investimento para rubrica de Fundos Patrimoniais – Outras Variações no Património Líquido.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Com a entrada em vigor em 2020 para as autarquias, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se os normativos de consolidação de contas orçamental e financeiro, respetivamente na NCP 26 e NCP 22.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas regulamentada no SNC-AP pela NCP 22, sendo que ao nível das IPSAS a norma com maior relevância é a IPSAS 35 – Consolidated Financial Statements.

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os perímetros de consolidação orçamental e financeiro, não têm de ser coincidentes.

A identificação do perímetro de consolidação, tem subjacente a noção de controlo, pois considera-se que são incluídas no perímetro de consolidação as entidades controladas pela autarquia, definindo-se no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro que : “O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”

Ainda, com referência ao artigo mencionado no parágrafo anterior, define-se que o controlo se afere pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

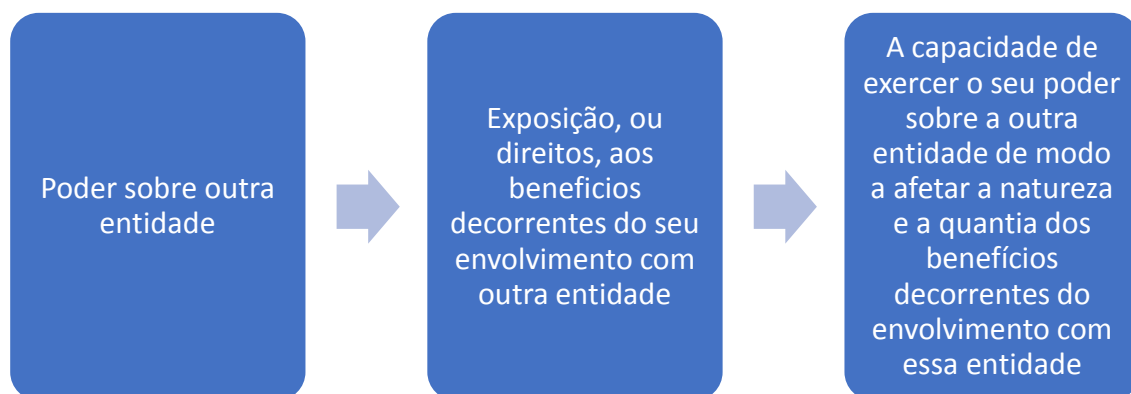
- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Considera-se adicionalmente que existe controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

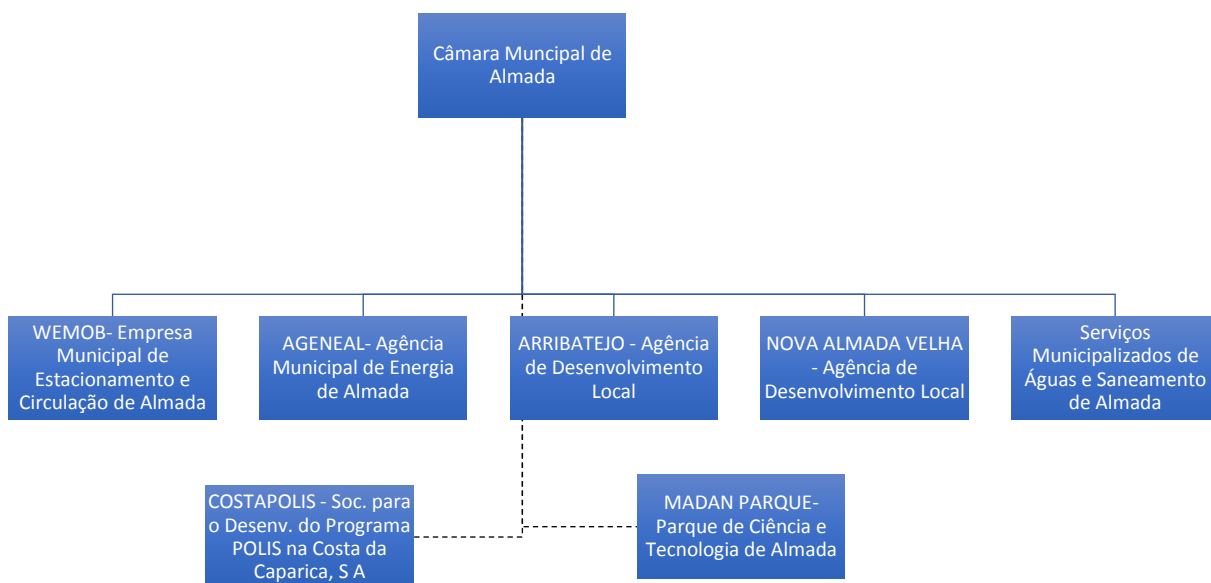
- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Refere-se no mesmo artigo que “Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços municipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.”.

A definição de controlo estabelecida na NCP 22 é mais restritiva e define que existe controlo quando se tem cumulativamente:



Considerando a definição do perímetro de controlo para efeitos consolidação financeira preconizado na NCP 22 e Lei 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Almada (**Grupo Municipal**) é à data o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

- No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	custo
Empresa municipal	WEMOB - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada E.M. S.A	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	43,90%	65,53%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almasciencie	16,67%	16,67	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo

- Grupo autárquico para efeitos de consolidação**

Designação	Entidade incluída na consolidação financeira
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	x
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	x
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	x
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	x
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	x

A consolidação orçamental exclui a empresa Wemob dado que esta não se encontra reclassificada para efeitos de contabilidade nacional.

- Responsáveis pelas demonstrações consolidadas**

	Responsável	Demonstrações orçamentais	Demonstrações financeiras
Elaboração	Vitor Oliveira - Chefe de Divisão de Acompanhamento e Controlo da Atividade Operacional	x	x
Apresentação e divulgação	Inês de Medeiros - Presidente da Câmara Municipal	x	x
Aprovação	Câmara Municipal	x	x
Apreciação	Assembleia Municipal	x	x
Auditor externo	Salgueiro & Associados, SROC, Lda.	x	x

Em anexo apresenta-se a identificação de cada uma das entidades e responsáveis nominais pela preparação das respetivas demonstrações financeiras e orçamentais.

Nota 2 –Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As Demonstrações financeiras consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações financeiras consolidadas preparadas em conformidade com o SNC-AP.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

À data a Câmara Municipal de Almada tem implementadas todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Conta	CONSOLIDADO	
Caixa		67.601,76
Depósitos à ordem		37.793.885,10
Depósitos à ordem no Tesouro	2.499.588,56	
Depósitos bancários à ordem	35.294.296,54	
Depósitos a prazo		20.000.000,00
Depósitos consignados		0,00
Depósitos de garantias e caucões		0,00
Total		57.861.486,86

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação relativa a anos anteriores é uma mera conversão de saldos do POCAL.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

Embora seja o primeiro ano de adoção do SNC-AP, sempre que praticável são aplicadas as políticas contabilísticas anteriormente adotadas.

A consistência das demonstrações financeiras consolidadas, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a CMA, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CMA ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os ativos titulados pela Wemob, que não está sujeita ao SNC-AP na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, não utiliza o Classificador Complementar 2, contudo dado o escasso valor desses ativos e do facto das vidas uteis serem essencialmente idênticas, não se considerou relevante alterar a vida útil dos ativos.

Os terrenos atendendo à sua natureza não são depreciáveis.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciable, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, são considerados por esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo Grupo Municipal, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo

pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é

reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
 - Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
 - Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.
- Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Grupo Municipal se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;

É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;

Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Grupo Municipal racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas ‘desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo Municipal.

Foram também apuradas provisões para fazer face a pagamentos futuros de acidentes de trabalho, sendo a estimativa efetuada de acordo com as tábuas de mortalidade.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o qual se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados consolidada do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, em especial, neste exercício, da doença COVID – 19.

Pese embora o efeito da pandemia COVID 19 não seja possível ainda estimar, espera-se que apesar do mesmo ter impacto orçamental, essencialmente pelo acréscimo da despesa e diminuição da receita, considera-se que se trata de uma questão conjuntural e que não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade do grupo municipal.

Nota 3 –Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

A depreciação dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e quando não definida em análise particular, são aplicadas as seguintes de forma genérica:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de depreciação	33,33%	33,33%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos intangíveis:

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	CONSOLIDADO								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	447 213,69	264 647,31	-50 113,83	0,00	0,00	0,00	-187 611,94	0,00	0,00	474 135,23
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	183 612,25	1 729,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-75 514,29	0,00	-2 315,00	107 512,73
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	793 916,73	509 758,71	0,00	0,00	0,00	0,00	-367 492,10	0,00	0,00	931 537,34
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	59 313,83	32 056,25	-50 113,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 315,00	43 571,25
	TOTAL	1 036 842,81	543 544,73	-50 113,83	0,00	0,00	0,00	-443 006,39	0,00	0,00	1 082 621,32

Detalham-se no quadro seguinte as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

Aumentos

		CONSOLIDADO									
Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	0,00	264 647,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264 647,31
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	0,00	1 729,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 729,77
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	0,00	541 814,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	541 814,96
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	543 544,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	543 544,73

Nota 4 –Acordos de concessão de serviços: Concedente

Atualmente o Grupo Municipal tem em vigor as seguintes concessões:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A.	504394029	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	---

O contrato referido no quadro anterior, tem o seu término em junho de 2022, sendo que confere o direito a recebimentos à CMA e não tem qualquer pagamento associado.

Pela aplicação da NCP 4 o Grupo Municipal deveria reconhecer como ativos de concessão os equipamentos relativos à Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública geridos atualmente pela EDP Distribuição.

Estes equipamentos são, nos termos do contrato de concessão, geridos e construídos pela EDP Distribuição mediante uma renda de exploração, reconhecida em rédito por especialização nos exercícios.

À data, apesar de ter sido solicitado pelos serviços municipais, não existe informação relativa ao valor e detalhe destes ativos de concessão reportada a 31.12.2020.

Adicionalmente, não se considera estarem cumpridos os critérios de reconhecimento como AFT no Grupo Municipal, porque não se conseguem identificar os referidos equipamentos de forma detalhada.

Para efeitos de divulgação, apresentam-se os ativos de concessão comunicados pela EDP Distribuição.

Classe de ativo	Valor líquido global
BT – Chegadas Aéreas	33.895,51
BT – Chegadas Subterrâneas	106.736,81
BT- Equipamentos de Contagem	3.037.582,73
BT – Posto de Transformação	2.650.955,03
BT – Redes Aéreas	577.803,61
BT- Redes Subterrâneas	2.151.410,22
Sub-total Baixa Tensão	8.558.386,91
IP-Equipamentos I. Pública	1.523.825,67
Sub-total Iluminação Pública (IP)	1.523.825,67
Total	10.082.212,58
% sobre total do ativo	1,60%
Total do ativo	631.591.425,27

Atendendo à ausência de informação do concedente, quanto ao valor destes bens em 2020 e justificação para a respetiva variação, por prudência considerou-se mais relevante não colocar uma informação errada por não estar atualizada e que até aumentaria os ativos.

Adicionalmente o efeito do eventual reconhecimento destes ativos, representaria uma adição máxima de 1.60%, pelo que em nosso entender o não reconhecimento destes bens não tem efeito material nas contas e mantém a consistência nas contas pela prudência na inventariação de bens.

Nota 5 –Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do grupo municipal são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, rede de saneamento e águas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

Mensuração de Ativos pelo VPT

No âmbito dos trabalhos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, foi efetuada a avaliação de bens imóveis adquiridos em transações sem contraprestação de acordo com o seu ponto 19, o qual prevê a sua mensuração pelo valor patrimonial tributário.

Em concordância, foram avaliados 798 terrenos e 258 edifícios e outras construções, cujo valor líquido total antes da avaliação era, respetivamente, de 43.538.705,84€ e de 19.289.647,74€. Desta avaliação resultaram acréscimos nas contas *43.1 Terrenos e recursos naturais* e *43.2 Edifícios e outras construções* nos montantes de 104.648.749,42€ e 21.963.652,40€.

Inventariação de Bens do Domínio Público

Em sede de POCAL, verificava-se o inventário de bens do domínio público municipal, nomeadamente das infraestruturas rodoviárias, cuja conta correspondente *45.3 Outras Construções e Infraestruturas* apresentava em 2019 um valor de 63.111.957,84€.

Para efeitos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, cujo ponto 13 prevê que as infraestruturas satisfazem a definição de ativos fixos tangíveis devem ser contabilizadas de acordo com esta norma, foi efetuada a inventariação e avaliação de infraestruturas rodoviárias municipais.

Deste modo, de acordo com os pressupostos de reconhecimento definidos, da inventariação e avaliação resultou um valor total de 68.209.300,00€, integrado no saldo inicial da conta *43.0.3.1 Infraestruturas Rodoviárias*.

Por outro lado, foram desreconhecidos os bens constantes do anterior inventário, no montante total de 47.886.840,74€.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

As taxas de depreciação utilizadas, para os bens referentes a infraestruturas afetas à CMA foram determinadas em relatório de empresa externa contratada para o efeito, a quando da sua avaliação pelo justo valor desses bens para efeitos de custo considerado.

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, sendo as vidas uteis essencialmente as seguintes:

Tipo de AFT	Taxa média de depreciação
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	25%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	12,50%
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2% a 25%

As variações ocorridas em ativos fixos tangíveis, resumem-se no seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO									
	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico,	86 440 456,45	567 734,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 082 836,95	0,00	-102,16	83 925 251,42
Terrenos e recursos naturais	6 035 357,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-102,16	6 035 255,17
Edifícios e outras construções	2 586 256,77	253 000,83	0,00	0,00	0,00	0,00	-73 218,48	0,00	0,00	2 766 039,12
Infraestruturas	76 810 027,38	187 288,75	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 006 365,48	0,00	0,00	73 990 950,65
Património histórico, artístico e cultural	1 008 814,97	127 444,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 252,99	0,00	0,00	1 133 006,48
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	371 723 346,37	8 763 955,51	-1 945 157,89	0,00	0,00	0,00	-7 141 266,39	0,00	-19 361,15	371 381 516,45
Terrenos e recursos naturais	178 029 988,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178 029 988,39
Edifícios e outras construções	217 291 261,72	2 582 012,94	1 101 874,54	0,00	0,00	0,00	-8 928 004,34	0,00	63 680,37	212 110 825,23
Equipamento básico	8 651 707,31	1 217 214,32	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 651 059,54	0,00	-8 549,23	8 209 312,86
Equipamento de transporte	4 026 634,94	960 714,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-686 526,00	0,00	0,00	4 300 823,91
Equipamento administrativo	986 663,03	922 972,01	0,00	0,00	0,00	0,00	-595 655,34	0,00	-5 396,99	1 308 582,71
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 762 393,05	625 004,91	0,00	0,00	0,00	0,00	-491 038,03	0,00	-5 414,93	2 890 945,00
Ativos fixos tangíveis em curso	10 221 046,58	4 528 633,21	-3 047 032,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-63 680,37	11 638 966,99
TOTAL	508 410 151,47	11 440 077,76	-1 945 157,89	0,00	0,00	0,00	-15 566 292,72	0,00	-19 463,31	502 319 315,31

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

Aumentos

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO											
	Adições											Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
Bens de domínio público, património histórico, artístico	0,00	567 734,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	567 734,08
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	253 000,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253 000,83
Infraestruturas	0,00	187 288,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187 288,75
Património histórico, artístico e cultural	0,00	127 444,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127 444,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	8 763 955,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 763 955,51
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	2 582 012,94	0,00	946 102,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 528 115,62
Equipamento básico	0,00	1 217 214,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 217 214,32
Equipamento de transporte	0,00	892 964,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67 750,00	0,00	0,00	0,00	960 714,97
Equipamento administrativo	0,00	922 972,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	922 972,01
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	625 004,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	625 004,91
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	4 528 633,21	0,00	-946 102,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 582 530,53
TOTAL	0,00	11 372 327,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67 750,00	0,00	0,00	0,00	11 440 077,76

Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO					
	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e	0,00	0,00	0,00	0,00	-102,16	-102,16
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-102,16	-102,16
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	-19 361,15	-19 361,15
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	63 680,37	63 680,37
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 549,23	-8 549,23
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 396,99	-5 396,99
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 414,93	-5 414,93
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-63 680,37	-63 680,37
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-19 463,31	-19 463,31

Por constrangimentos técnicos no seu lançamento, os valores correspondentes às diminuições encontram-se completamente refletidos na coluna de “Outras” independentemente da sua origem.

Nota 6 –Locações

Apresenta-se no quadro seguinte a informação agregada dos contratos de locação, comunicados pelas entidades do Grupo Municipal e considerados relevantes.

A desagregação dos contratos de locação acima mencionados apresenta-se no mapa seguinte:

• 6.1 Locações Operacionais - Locatário

Unid.: Euro									
Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2020	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Capitão Leitão nº 6 - 1º esq., Almada Comodatado à delegação de Almada da Ordem dos Advogados	01/11/1972	31/12/2021	Abílio Carlos D'Ascensão Diniz Silva	181767040	589	543,00 €	319 827,00 €	6 516,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Praceta D.ª Adelaide Coutinho, nº 8A cave Dtª - Almada Armazém Arquivo Histórico	01/10/2008	01/10/2021	Ana Rita Correia Mendes Lopes	227996917	156	600,00 €	93 600,00 €	7 200,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Marcos Assunção, nº 38, Pragal Atendimento da Divisão de Habitação	01/06/2017	01/06/2022	António Carlos Pinto Gonçalves	147061431	60	650,00 €	39 000,00 €	7 800,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-D, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/11/1975	01/11/2021	Artur Alberto Ribeiro Quaresma	154489360	552	121,85 €	67 261,20 €	1 462,20 €	Serviços
134201820: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Catarina Eufémia, Nº 9 - 3ª Frt. Almada Habitação Social	01/12/2015	01/03/2020	Bruno Miguel Páscoa Rodrigues	221315624	51	267,97 €	13 666,47 €	267,97 €	Habitação Social
134201828: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Mouzinho de Albuquerque, Nº 4 - 4ª Dtª Almada Habitação Social	01/08/2016	01/08/2021	Diogo Luís Cruz Gonçalves	255786166	60	444,93 €	26 695,80 €	5 339,16 €	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	28/01/1975	31/03/2023	Estela Madeira - Cabeça de Casal da Herança de Maria Ester Alves Madeira	743625161	578	664,73 €	384 213,94 €	7 976,76 €	Serviços
134201833: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Cavalho Freirinha, Nº 62 - 2ª Esq. Almada Habitação Social	01/08/2016	01/08/2021	Graça Cristina Mota Rodrigues e Sofia Margarida Mota Rodrigues	143801635 208937692	60	358,00 €	21 480,00 €	4 308,60 €	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Pedro Nunes, 40-H, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/06/2008	01/06/2022	Joaquim Amílcar Valente Pereira	181862905	168	1 750,00 €	294 000,00 €	21 000,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-G, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	05/01/1975	31/01/2023	José António Pinto Madeira e outros	114995664	576	849,66 €	489 404,16 €	10 234,98 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional 15 escritórios (frações autónomas) sitas no piso 3 do Almada Business Center, Rua Marcos Assunção n.º 4 Departamento Comunicação / DISH	01/07/2016	01/07/2021	JUTICALPA - Soluções Imobiliárias SA	514634685	60	4 674,14 €	280 448,40 €	32 718,99 €	Serviços
13420191: Contrato de arrendamento não habitacional 10 escritórios (frações autónomas) sitas no piso 2 do Almada Business Center, Rua Marcos Assunção n.º 4 Departamento Comunicação / DISH	20/12/2019	19/07/2022	JUTICALPA - Soluções Imobiliárias SA	514634685	30	3 337,95 €	100 138,50 €	50 739,87 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 40-C, 40-D e 40-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	07/11/1979	30/06/2023	Maria Lucinda Brites Sombirinha Moreira	114024359	523	1 739,78 €	909 904,94 €	16 527,86 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-C, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/02/1975	31/12/2021	Maria Luisa de Jesus Santos Figueiredo	145180204	562	611,16 €	343 471,92 €	7 333,92 €	Serviços
134201835: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Carolina Michaelis, Nº 6 - 1ª B Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	01/12/2021	Mikadian, Lda.	508904773	60	480,32 €	28 819,20 €	5 784,24 €	Habitação Social
134201840: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta do Cristo Rei, Nº 10 - 1ª Dtª Almada Habitação Social	01/12/2016	01/12/2021	Mikadian, Lda.	508904773	60	404,48 €	24 268,80 €	4 434,30 €	Habitação Social
1342018: Contrato de Arrendamento Habitacional Travessa Ernesto Veiga de Oliveira, Nº 3 - 3ª Dtª Caparica Habitação Social	01/08/2015	01/08/2020	Mikadian, Lda.	508904773	60	445,00 €	26 700,00 €	2 673,68 €	Habitação Social
134201817: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua União Piedense, Nº 98 - 3ª Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/08/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	60	485,38 €	29 122,80 €	2 426,90 €	Habitação Social
134201832: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Duarte Melo, Nº 14 C/V Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	50,5	303,36 €	15 319,68 €	2 730,24 €	Habitação Social
134201836: Contrato de Arrendamento Habitacional Alameda Guerra Junqueiro, Nº 32 - 10ª Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	01/12/2021	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	60	303,36 €	18 201,60 €	3 033,60 €	Habitação Social
134201838: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Fernão Lourenço, Nº 3 - 1ª Dtª Almada Habitação Social	01/12/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	46,5	262,91 €	12 225,32 €	2 366,19 €	Habitação Social

Unid.: Euro									
Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2020	Observações
134201839: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta Bento Moura, Nº 2 - 8º D Laranjeiro Habituação Social	01/12/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	46,5	338,75 €	15 751,88 €	3 048,75 €	Habituação Social
Contrato de arrendamento habitacional Rua da Bela Vista, n.º 92, 5º C, Caparica Habituação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	293,25 €	18 328,13 €	1 466,25 €	Habituação Social
134201810: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua das Flores, Nº 7 - 3º Dtº Laranjeiro Habituação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	404,48 €	25 280,00 €	2 022,40 €	Habituação Social
134201819: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Bartolomeu Dias, Bloco G-I - R/C G Caparica Habituação Social	01/12/2015	01/12/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	60	247,74 €	14 864,40 €	2 229,66 €	Habituação Social
134201823: Contrato de Arrendamento Habitacional Av. D. Nuno Álvares Pereira, Nº 32 - 3º Almada Habituação Social	01/12/2015	01/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	58	399,42 €	23 166,36 €	3 594,78 €	Habituação Social
134201824: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Ilha do Príncipe, nº 3 - C/V Esq. Almada Habituação Social	01/12/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	58,5	379,20 €	22 183,20 €	3 412,80 €	Habituação Social
134201825: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua dos 3 Vales, Nº 32 - 3º B Caparica Habituação Social	01/03/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	55,5	369,09 €	20 484,50 €	3 336,85 €	Habituação Social
13420183: Contrato de arrendamento habitacional Rua Gil Eanes, Bloco G-IV, Nº 25 - 2º G Caparica Habituação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	353,92 €	22 120,00 €	1 769,60 €	Habituação Social
13420185: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Vila do Seixal, Nº 32 - 3º Dtº Laranjeiro Habituação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	449,98 €	28 123,75 €	2 249,90 €	Habituação Social
13420189: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua da Boa Nova, Nº 3 - 3º Dtº Laranjeiro Habituação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	328,64 €	20 540,00 €	1 643,20 €	Habituação Social
Contrato de arrendamento não habitacional R. D. José de Mascarenhas nº 35, 1.º andar Dt.º e Esq.º, Almada Contact Center e Gabinete de Vereação da Oposição	01/07/2006	01/07/2022	Ricardo Alexandre da Silva Martins Diogo	164064095	192	674,92 €	129 584,64 €	8 081,94 €	Serviços
134201828: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta Barbosa Bucage, Nº 1 - 5º Dtº Laranjeiro Habituação Social	01/08/2016	01/08/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	60	283,14 €	16 988,40 €	2 374,67 €	Habituação Social
134201834: Contrato de Arrendamento Habitacional com FIIAH - Cidades de Portugal Rua da Liberdade, Nº 12 - 1º Dtº Trafaria	01/08/2016	01/01/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	53	288,19 €	15 274,07 €	2 415,07 €	Habituação Social
134201841: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua S. Lourenço Nascente, nº 20 - 7º A Caparica Habituação Social	01/12/2016	01/04/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	52	283,14 €	14 723,28 €	2 374,67 €	Habituação Social
134201811: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua da Alegria, Nº 9 - 3º Dtº Laranjeiro Habituação Social	01/08/2015	01/08/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	72	293,25 €	21 114,00 €	2 455,55 €	Habituação Social
134201815: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Tristão da Cunha, Nº 19 - C/V Dtº Laranjeiro Habituação Social	01/08/2015	01/05/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	69	278,08 €	19 187,52 €	2 334,19 €	Habituação Social
134201827: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Adriano Correia de Oliveira, Nº 37 - R/C Esq. Laranjeiro Habituação Social	01/08/2016	15/12/2020	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	52,5	480,32 €	25 216,80 €	3 952,11 €	Habituação Social
Rua Sebastião Lopes, Nº 1 - 2º C Laranjeiro	01/08/2015	01/12/2019	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	52	252,80 €	13 145,60 €	758,40 €	Habituação Social
Rua Amadeu de Sousa Cardoso, Nº 5 - R/C H Laranjeiro	01/12/2015	01/12/2019	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	48	308,42 €	14 804,16 €	925,26 €	Habituação Social
13420186: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Vila do Seixal, Nº 15 - 2º Dtº Laranjeiro Habituação Social	01/08/2015	01/02/2020	SRRG - Unipessoal Lda.	514650605	54	348,86 €	18 838,44 €		Habituação Social
134201821: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Alameda Guerra Junqueiro, Nº 32 - 7º Dtº Tras. Laranjeiro Habituação Social	01/12/2015	01/10/2020	Sunset Party, Lda.	514114576	58	267,97 €	15 542,26 €	2 422,69 €	Habituação Social
						Total	4 053 031,10 €	255 744,17 €	

• 6.2 Locações Operacionais - Locador

Unid.: Euro

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor Recebido 2020	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Quinta de Santo António, Bloco 6, R/c Esq., Laranjeiro Minimercado	01/10/1975	01/04/2022	José Augusto Dias (Cabeça de Casal da herança: Maria Isabel Cortes Mariano Dias)	170306283	558	58,00 €	32 364,00 €	696,00 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel José Gomes, Nº 14, Cova da Piedade Restaurante	25/09/2000	01/01/2022	Manuel Virgílio da Costa Pereira	221265675	255	4,00 €	1 020,00 €	48,00 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Bairro Social da Trafaria- Bloco 2-Cave, Trafaria Minimercado	01/09/1972	01/03/2022	Manuel Bernardo	106753061	594	92,00 €	54 648,00 €	1 104,00 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Latino Coelho, Nº 1, R/c, Almada Restaurante	06/11/1992	01/01/2022	António Augusto dos Santos Boinhas	148392407	349	102,00 €	35 598,00 €	1 122,00 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel Febrero, N.º 114, Mutela, Cova da Piedade Oficina	01/10/2016	01/10/2021	Mecânica Piedense Lda	500189145	60	253,00 €	15 180,00 €	3 036,00 €	Serviços
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R1	15/06/2010	15/06/2025	Coisas de Água, Lda.	509434290	180	766,00 €	137 880,00 €	2 244,60 €	Comércio
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R2	20/12/2013	20/12/2025	Ivo Carlos Rodrigues Ganchinho Pereira	234441925	144	766,00 €	110 304,00 €	7 660,00 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafetaria Casa da Cerca	12/05/2014	12/05/2022	Sofia & Susana Madeira - Casa de Chá Lda	509183972	96	355,00 €	34 080,00 €	8 426,00 €	Comércio
Contrato de Arrendamento não Habitacional Praça da Liberdade, Almada Cafetaria Forum Municipal Romeu Correia	01/04/2016	01/04/2022	Virgulas Gratuitas Lda.	513742263	72	812,00 €	58 464,00 €	8 120,00 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Av. 25 de Abril, N.º 16 - 1.º Esq., Cacilhas Residência de Suporte à Autonomia	20/05/2020	20/05/2022	GIRA – Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa	503532150	24	5,00 €	120,00 €	35,00 €	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Av. D João I, N.º 35, R/c, Almada [RE]AGE em Rede - CLDS-4G	06/08/2020	06/08/2023	Santa Casa da Misericórdia de Almada	501111859	36	4,39 €	158,04 €	21,95 €	Serviços de Ação Social
Contrato de Comodato Rua Bernardo Francisco da Costa, nº 44, Almada	29/05/2000	29/05/2022	AGENEAL - Agencia Municipal de Energia de Almada	504329073	264	748,20 €	197 524,80 €	1 496,40 €	Serviços
Total							677 340,84 €	34 009,95 €	

• 6.3 Locações financeiras -

Através da empresa WEMOB foi contratualizado uma locação financeira a médio longo prazo, de uma viatura pesada de passageiros- minibus, no montante de 67.750 euros, sendo o valor em dívida a 31 de dezembro de 53.858,78 euros, onde 16.777,71 euros desse financiamento tem exigibilidade em 2021.

A CMA detêm também diversas locações financeiras relativas a viaturas e outro material de transporte, sendo o valor em dívida a 31 de dezembro de 1.595.135,47 euros, onde 451.503,10 euros são exigíveis em 2021.

Locações financeiras	Corrente	Não corrente	Total
Locação financeira (Wemob)	16.777,71	37.081,07	53.858,78
Locação financeira (CMA)	451.503,10	1.143.632,37	1.595.135,47
Total Locações financeiras	468.280,81	1.180.713,44	1.648.994,25

Nota 7 –Custo dos empréstimos obtidos

Detalha-se no quadro seguinte os empréstimos por tipologia

Maturidade dos financiamentos	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários			
Curto prazo - tesouraria (Wemob)	1.000.000,00		1.000.000,00
Médio Longo Prazo (CMA)	3.166.527,48	16.804.027,58	19.970.555,06
Total Empréstimos	4.166.527,48	16.804.027,58	20.970.555,06
Locações financeiras			
Locação financeira (Wemob)	16.777,71	37.081,07	53.858,78
Locação financeira (CMA)	451.503,10	1.143.632,37	1.595.135,47
Total Locações financeiras	468.280,81	1.180.713,44	1.648.994,25
Total financiamentos	4.634.808,29	17.984.741,02	22.619.549,31

Nos quadros seguintes detalham-se os empréstimos de médio longo prazo.

.

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato (anos)	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Condições				Outros encargos	Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)			
	N.º do contrato	Nome da instituição				Contratado	Utilizado		Taxa de juro		Spread	Comissões	Amortização do capital			Juros		Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014					
									Inicial	Atual			Até N	Ano N		Previstos após N	Até N (desde ano 2000)	Ano N	Previstos após N	Até N								Ano N		Previstos após N		
Médio e Longo Prazo																																
NÃO ISENTOS																																
87 FOGOS / PER	9015003861491	C.G.D. - I.N.H.	21/01/2004	25,00	16,00	3 046	31/12/2003	N	1 812 853,60 €	1 812 853,60 €	EUR 6 m	EUR 6 m	1,50%			1 087 245,85 €	75 441,95 €	650 165,80 €	157 739,69 €	2 050,36 €	7 270,13 €							725 607,75 €	650 165,80 €	73 321,81 €		
188 FOGOS / PER (1º reforço)	0054002513191	C.G.D. - I.N.H.	31/12/2004	18,00	16,00	2 804	23/12/2004	N	419 963,83 €	419 963,83 €	EUR 6 m	EUR 6 m	-0,01%			341 780,26 €	26 061,19 €	52 122,38 €	18 548,45 €	- €	- €							78 183,57 €	52 122,38 €	26 045,64 €		
188 FOGOS / PER (2º reforço)	0054002514991	C.G.D. - I.N.H.	15/11/2005	17,00	15,00	2 464	03/11/2005	N	81 258,40 €	81 258,40 €	EUR 6 m	EUR 6 m	-0,01%			66 130,75 €	5 042,54 €	10 085,11 €	3 510,87 €	- €	- €							15 127,65 €	10 085,11 €	5 039,55 €		
58 FOGOS / PER	9015004010491	C.G.D. - I.N.H.	10/01/2005	25,00	15,00	2 803	23/12/2004	N	1 403 602,80 €	1 403 602,80 €	EUR 6 m	EUR 6 m	1,25%			757 909,52 €	58 063,81 €	587 629,47 €	116 879,02 €	1 371,16 €	7 640,18 €							645 693,28 €	587 629,47 €	58 206,69 €		
55 FOGOS / PER	9015004513091	C.G.D. - I.N.H.	29/12/2005	25,00	15,00	2 465	03/11/2005	N	1 072 165,46 €	1 072 165,46 €	EUR 6 m	EUR 6 m	1,25%			578 890,87 €	44 279,88 €	448 994,71 €	89 643,83 €	1 214,09 €	5 584,34 €							493 274,59 €	448 994,71 €	44 474,42 €		
ESCOLAS BÁSICAS	1380743830002	BPI	02/07/2008	20,00	12,00	2 024	27/12/2006	N	2 511 779,00 €	2 511 779,00 €	EUR 6 m	EUR 6 m	0,05%			1 229 153,41 €	142 513,96 €	1 140 111,63 €	236 932,81 €	- €	- €							1 282 625,59 €	1 140 111,63 €	141 982,89 €		
REGENERAÇÃO URBANA	1380743830003	BPI	13/08/2009	20,00	11,00	1 284	13/08/2009	N	5 862 508,00 €	5 862 508,00 €	EUR 6 m	EUR 6 m	1,60%			2 413 974,00 €	344 853,40 €	3 103 680,60 €	952 878,43 €	41 924,69 €	162 929,84 €							3 448 534,00 €	3 103 680,60 €	344 853,40 €		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	1380743830004	BPI	13/08/2010	20,00	10,00	729	13/08/2010	N	10 000 000,00 €	8 700 000,00 €	EUR 6 m	EUR 6 m	1,25%			3 868 085,70 €	622 085,13 €	4 209 829,17 €	775 696,58 €	40 978,13 €	156 809,12 €							4 831 914,30 €	4 209 829,17 €	492 688,38 €		
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	0032 00495635640	Santander Totta	20/04/2017	10,00	3,00	64	05/05/2017	N	5 350 000,00 €	5 350 000,00 €	EUR 6 m	EUR 6 m	0,85%			334 375,00 €	668 750,00 €	4 346 875,00 €	76 320,57 €	41 211,72 €	129 319,54 €							5 015 625,00 €	4 346 875,00 €		535 000,00 €	
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTADA BOMBA	POVT-02-0146-FCOES-000224	ADC	03/09/2015	14,00	5,00	1 303	03/09/2015	N	3 100 000,00 €	2 824 760,79 €	EUR 6 m	EUR 6 m	0,425%			466 956,32 €	235 304,25 €	2 122 500,22 €	26 360,35 €	1 019,64 €	- €							2 357 804,47 €	2 122 500,22 €		201 768,63 €	
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	POVT-12-0146-FCOES-000119	ADC	03/09/2015	12,00	5,00	1 302	03/09/2015	N	560 000,00 €	282 604,50 €	EUR 6 m	EUR 6 m	0,425%			56 152,17 €	28 262,09 €	198 190,24 €	3 003,46 €	96,94 €	- €							226 452,33 €	198 190,24 €		23 550,38 €	
SubTotal																11 200 653,85 €	2 250 658,20 €	16 870 184,33 €	2 457 514,05 €	129 866,73 €	469 553,15 €						19 120 842,53 €	16 870 184,33 €	1 186 612,78 €	760 319,00 €		
Médio e Longo Prazo																																
ISENTOS																																
CONVENTO CAPUCHOS	9015002673991	C.G.D.	20/01/2002	20,00	18,00	4 606	18/01/2002	I	1 096 050,52 €	858 340,26 €	EUR 6 m	EUR 6 m	0,45%			744 122,24 €	45 687,20 €	68 530,82 €	125 117,82 €	149,74 €	77,78 €							114 218,02 €	68 530,82 €	43 149,03 €		c1
132 FOGOS / Habitação Social	0054002457791	C.G.D. - I.N.H.	10/11/1995	27,50	25,00	#####	24/10/1995	I	1 404 280,68 €	1 243 553,05 €	EUR 6 m	EUR 6 m	1,25%			1 026 730,28 €	61 650,09 €	155 172,68 €	287 910,67 €	774,64 €	697,51 €							155 172,68 €	155 172,68 €	58 016,97 €		c2
128 FOGOS / Habitação Social	0054002459391	C.G.D. - I.N.H.	10/11/1995	27,50	25,00	#####	24/10/1995	I	1 567 851,48 €	1 422 806,04 €	EUR 6 m	EUR 6 m	1,25%			1 168 375,38 €	72 343,29 €	162 087,37 €	337 848,73 €	909,01 €	818,50 €							254 430,66 €	182 087,37 €	68 080,00 €		c2
112 FOGOS / PER	0054002465891	C.G.D. - I.N.H.	04/12/1995	27,00	25,00	#####	02/11/1995	I	1 757 747,83 €	1 757 747,83 €	EUR 6 m	EUR 6 m	2,75%			1 513 408,50 €	80 937,49 €	163 401,84 €	222 386,70 €	1 399,33 €	1 144,32 €							244 339,33 €	163 401,84 €	79 834,60 €		c2
33 FOGOS / PER	0054002471291	C.G.D. - I.N.H.	11/09/1996	27,50	24,00	#####	30/07/1996	I	410 983,53 €	410 983,53 €	EUR 6 m	EUR 6 m	2,75%			327 499,26 €	18 360,74 €	65 123,53 €	58 903,47 €	466,51 €	733,97 €							83 484,27 €	65 123,53 €	17 355,95 €		c3
147 FOGOS / PER	0054002472091	C.G.D. - I.N.H.	29/11/1996	27,00	24,00	#####	18/10/1996	I	2 306 805,60 €	2 030 002,69 €	EUR 6 m	EUR 6 m	2,75%			1 659 874,00 €	91 678,46 €	278 450,23 €	287 948,45 €	2 138,62 €	2 750,89 €							370 128,69 €	278 450,23 €	90 697 48 €		c3
126 FOGOS / PER	0054002489591	C.G.D. - I.N.H.	17/07/1997	25,00	23,00	#####	24/06/1997	I	2 323 260,94 €	2 323 260,94 €	EUR 6 m	EUR 6 m	2,75%			2 007 534,10 €	104 602,25 €	211 124,59 €	285 942,42 €	1 767,65 €	1 549,98 €							315 726,84 €	211 124,59 €	103 130,33 €		c3
79 FOGOS / PER	0054002505091	C.G.D. - I.N.H.	20/06/2000	20,00	20,00	976	01/06/2000	I	1 445 302,82 €	1 445 302,82 €	EUR 6 m	EUR 6 m	-0,01%			1 407 472,33 €	37 830,49 €	- €	101 595,37 €	- €	- €							37 830,49 €	- €	- €		c3
126 FOGOS / PER	0054002509391	C.G.D. - I.N.H.	21/06/2000	20,00	20,00	978	01/06/2000	I	2 355 169,04 €	2 355 169,04 €	EUR 6 m	EUR 6 m	-0,01%			2 292 119,92 €	63 049,12 €	- €	155 153,10 €	- €	- €							63 049,12 €	- €	- €		c3
188 FOGOS / PER	0054002512391	C.G.D. - I.N.H.	21/06/2000	20,00	18,00	977	01/06/2000	I	3 944 493,77 €	3 944 493,77 €	EUR 6 m	EUR 6 m	-0,01%			3 210 157,55 €	244 778,74 €	489 557,48 €	262 454,07 €	- €	- €							734 336,22 €	489 557,48 €	244 632,61 €		c3
68 FOGOS / PER	0054002541191	C.G.D. - I.N.H.	25/09/2001	25,00	19,00	4 508	03/01/2002	I	1 385 347,48 €	1 385 347,48 €	EUR 6 m	EUR 6 m	0,425%			970 840,99 €	59 197,68 €	355 308,81 €	108 630,08 €	38,52 €	- €							414 506,49 €	355 308,81 €	59 042,33 €		c3
REDE ESCOLAR	1380743830003	BPI	13/08/2009	20,00	11,00	1 284	13/08/2009	I	2 137 492,00 €	2 137 492,00 €	EUR 6 m	EUR 6 m	1,60%			880 143,80 €	125 734,82 €	1 131 613,38 €	368 932,23 €	15 285,89 €	59 404,81 €							1 257 348,20 €	1 131 613,38 €	125 734,82 €		c4
SubTotal																17 208 278,35 €	1 005 850,37 €	3 100 370,73 €	2 602 823,12 €	22 929,91 €	67 177,76 €						4 106 221,10 €	3 100 370,73 €	889 674,12 €	- €		
Total MLP																28 408 932,20 €	3 256 508,57 €	19 970 555,06 €	5 060 337,17 €	152 796,64 €	536 730,91 €						23 227 063,63 €	19 970 555,06 €	2 076 286,90 €	760 319,00 €		
Total Geral																28 408 932,20 €	3 256 508,57 €	19 970 555,06 €	5 060 337,17 €	152 796,64 €	536 730,91 €						23 227 063,63 €	19 970 555,06 €	2 076 286,90 €	760 319,00 €		

Para efeitos de apresentação da posição financeira, os empréstimos de médio longo prazo distinguem-se da seguinte forma, entre corrente e não corrente:

Unid.: Euro

EMPRÉSTIMOS-serviço da dívida	Corrente		Não Corrente	
	AMOR	JUR	AMOR	JUR
Caixa Geral de Depósitos:	991 229,32	8 634,23	2 726 525,50	19 633,37
CONVENTO CAPUCHOS	45 687,22	77,78	22 843,60	0,00
C.G.D. - I.N.H.:			0,00	0,00
132 FOGOS / Habitação Social	61 929,85	418,23	93 242,83	279,28
128 FOGOS / Habitação Social	72 671,58	490,77	109 415,79	327,73
112 FOGOS / PER	81 472,69	800,39	81 929,15	343,93
33 FOGOS / PER	18 475,12	343,88	46 648,41	390,09
147 FOGOS / PER	92 295,21	1 438,49	186 155,02	1 312,40
126 FOGOS / PER	105 249,32	1 107,50	105 875,27	442,48
79 FOGOS / PER			0,00	0,00
126 FOGOS / PER			0,00	0,00
188 FOGOS / PER	244 778,74	0,00	244 778,74	0,00
68 FOGOS / PER	59 218,14	0,00	296 090,67	0,00
87 FOGOS / PER	75 731,42	1 679,99	574 434,38	5 590,14
188 FOGOS / PER (1º reforço)	26 061,19	0,00	26 061,19	0,00
188 FOGOS / PER (2º reforço)	5 042,56	0,00	5 042,55	0,00
58 FOGOS / PER	58 089,84	1 466,42	529 539,63	6 173,76
55 FOGOS / PER	44 526,44	810,78	404 468,27	4 773,56
Banco BPI:	1 242 401,82	78 659,82	8 342 832,95	300 483,95
ESCOLAS BÁSICAS	142 513,96	0,00	997 597,67	0,00
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA	470 588,22	47 113,53	3 764 705,76	175 221,12
REDE ESCOLAR	125 734,82	12 588,10	1 005 878,56	46 816,71
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	34 525,43	2 758 827,20	128 404,41
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	629 299,64	31 546,29	3 580 529,52	125 262,83
Empréstimo nº 1380743830004	382 640,18	30 079,59	3 580 529,52	125 262,83
Empréstimo nº 1380743830008	246 659,46	1 466,70	0,00	0,00
Banco Santander Totta:	668 750,00	35 527,35	3 678 125,00	93 792,19
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	35 527,35	3 678 125,00	93 792,19
Empréstimos - Quadro:	264 146,34	0,00	2 056 545,00	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	235 833,44	0,00	1 886 667,56	0,00
EMISSIONÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 312,90	0,00	169 877,44	0,00
TOTAL EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	3 166 527,48	122 821,40	16 804 028,45	413 909,51

No quadro seguinte apresenta-se a exigibilidade dos empréstimos contratados de médio longo prazo.

EMPRESTIMOS-Serviço da dívida	2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR
Caixa Geral de Depósitos:	991 229,32	8 634,23	970 901,23	6 024,98	418 084,35	3 769,75	248 225,95	2 731,52	239 283,79	2 265,96	239 724,30	1 825,46	180 947,79	1 383,83	181 390,46	941,16	143 165,93	497,40	104 801,70	193,31
CONVENTO CAPUCHOS	45 687,22	77,78	22 843,60	0,00																
C.G.D. - I.N.H.:																				
132 FOGOS / Habitação Social	61 929,85	418,23	62 115,39	232,69	31 127,44	46,59														
128 FOGOS / Habitação Social	72 671,58	490,77	72 889,29	273,05	36 526,50	54,68														
112 FOGOS / PER	81 472,69	800,39	81 929,15	343,93																
33 FOGOS / PER	18 475,12	343,88	18 581,63	233,77	18 685,18	130,22	9 381,60	26,10												
147 FOGOS / PER	92 295,21	1 438,49	92 815,76		93 339,26	394,46														
126 FOGOS / PER	105 249,32	1 107,50	105 875,27	442,48																
79 FOGOS / PER																				
126 FOGOS / PER																				
188 FOGOS / PER	244 778,74	0,00	244 778,74	0,00																
68 FOGOS / PER	59 218,14	0,00	59 218,14	0,00	59 218,14	0,00	59 218,13	0,00	59 218,13	0,00	59 218,13	0,00								
87 FOGOS / PER	75 731,42	1 679,99	75 989,06	1 347,54	76 173,53	1 163,07	76 358,44	978,16	76 543,80	792,80	76 729,62	606,99	76 915,88	420,72	77 102,59	234,01	38 621,46	46,85		
188 FOGOS / PER (1º reforço)	26 061,19	0,00	26 061,19	0,00																
188 FOGOS / PER (2º reforço)	5 042,56	0,00	5 042,55	0,00																
58 FOGOS / PER	58 089,84	1 466,42	58 264,07	1 259,65	58 406,66	1 117,05	58 549,62	974,10	58 692,91	830,79	58 836,56	687,15	58 980,57	543,14	59 124,92	398,79	59 269,63	254,08	59 414,69	109,01
55 FOGOS / PER	44 526,44	810,78	44 497,39	973,93	44 607,64	863,68	44 718,16	753,16	44 828,95	642,37	44 939,99	531,32	45 051,34	419,97	45 162,95	308,36	45 274,84	196,47	45 387,01	84,30
Banco BPI:	1 242 401,82	78 659,82	999 457,67	65 308,11	1 002 279,34	57 338,26	1 005 121,60	49 425,40	1 007 984,63	41 336,63	1 010 868,56	33 304,52	1 013 773,59	25 251,34	1 016 699,79	17 198,11	877 133,43	9 081,20	409 514,34	2 240,38
ESCOLAS BÁSICAS	142 513,96	0,00	142 513,96	0,00	142 513,96	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA	470 588,22	47 113,53	470 588,22	39 908,90	470 588,22	34 760,72	470 588,22	29 690,13	470 588,22	24 464,39	470 588,22	19 316,21	470 588,22	14 168,04	470 588,22	9 041,03	470 588,22	3 871,70		
REDE ESCOLAR	125 734,82	12 588,10	125 734,82	10 663,12	125 734,82	9 287,59	125 734,82	7 932,80	125 734,82	6 536,56	125 734,82	5 161,03	125 734,82	3 785,51	125 734,82	2 415,64	125 734,82	1 034,46		
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	34 525,43	344 853,40	29 245,78	344 853,40	25 473,13	344 853,40	21 757,33	344 853,40	17 927,83	344 853,40	14 155,18	344 853,40	10 382,53	344 853,40	6 625,39	344 853,40	2 837,24		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	629 299,64	31 546,29	386 355,49	25 399,21	389 177,16	22 577,54	392 019,43	19 735,27	394 882,46	16 872,24	397 766,39	13 988,31	400 671,42	11 083,30	403 597,62	8 157,08	406 545,21	5 209,50	409 514,34	2 240,38
Empréstimo nº 1380743830004	382 640,18	30 079,59	386 355,49	25 399,21	389 177,16	22 577,54	392 019,43	19 735,27	394 882,46	16 872,24	397 766,39	13 988,31	400 671,42	11 083,30	403 597,62	8 157,08	406 545,21	5 209,50	409 514,34	2 240,38
Empréstimo nº 1380743830008	246 659,46	1 466,70																		
Banco Santander Totta:	668 750,00	35 527,35	668 750,00	29 842,97	668 750,00	24 158,59	668 750,00	18 474,22	668 750,00	12 789,85	668 750,00	7 105,47	334 375,00	1 421,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	35 527,35	668 750,00	29 842,97	668 750,00	24 158,59	668 750,00	18 474,22	668 750,00	12 789,85	668 750,00	7 105,47	334 375,00	1 421,09						
Empréstimos - Quadro:	264 146,34	0,00	264 146,34	0,00	264 146,34	0,00	264 146,35	0,00	264 146,35	0,00	264 146,36	0,00	264 146,36	0,00	235 833,45	0,00	235 833,45	0,00	0,00	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	235 833,44	0,00	235 833,44	0,00	235 833,44	0,00	235 833,44	0,00	235 833,44	0,00	235 833,45	0,00	235 833,45	0,00	235 833,45	0,00	235 833,45	0,00		
EMISSIONÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 312,90	0,00	28 312,90	0,00	28 312,90	0,00	28 312,91	0,00	28 312,91	0,00	28 312,91	0,00	28 312,91	0,00						
TOTAL EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	3 166 527,48	122 821,40	2 903 255,24	101 176,06	2 353 260,03	85 266,60	2 186 243,90	70 631,14	2 180 164,77	56 392,44	2 183 489,22	42 235,45	1 793 242,74	28 056,26	1 433 923,70	18 139,27	1 256 132,81	9 578,60	514 316,04	2 433,69
TOTAL EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	3 166 527,48	122 821,40	2 903 255,24	101 176,06	2 353 260,03	85 266,60	2 186 243,90	70 631,14	2 180 164,77	56 392,44	2 183 489,22	42 235,45	1 793 242,74	28 056,26	1 433 923,70	18 139,27	1 256 132,81	9 578,60	514 316,04	2 433,69

Nota 8 –Propriedades de Investimento

No âmbito da norma *NCP 8 - Propriedades de investimento*, foi efetuada a reclassificação dos bens que se enquadram nos respetivos critérios de reconhecimento, designadamente de imóveis concessionados para exploração de estações de serviço de abastecimento de combustíveis, correspondendo a um valor de 426.620,16€, pelo que se apresenta no quadro seguinte informação relativa às variações ocorridas.

As taxas de depreciação e método de depreciação são idênticas aos utilizados em Ativos Fixos Tangíveis.

		CONSOLIDADO										
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do justo valor)							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Ganhos de justo valor	Perdas de justo valor	Diferenças cambiais	Depreciações do período	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva	241 608,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241 608,57	0,00	0,00	0,00
Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano	111 391,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111 391,10	0,00	0,00	0,00
Outros	73 620,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 944,80	0,00	70 675,69	0,00	0,00	0,00
Total	426 620,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 944,80	0,00	423 675,36	0,00	0,00	0,00

Nota 9 –Imparidade de ativos financeiros

No quadro seguinte identificam-se as imparidades de ativos financeiros

Ativo	Quantia bruta 31.12.2020	Imparidade acumulada			Quantia Recuperável
		Imparidade acumulada a 1.1.2020	Variação	Imparidade acumulada a 31.12.2020	
Devedores por devolução de transferências e subsídios	6.528.207,74	4.749.354,82	42.152,55	4.791.507,37	1.736.700,37
Clientes, Contribuintes e Utentes	7.729.544,75	2.659.307,66	24.199,36	2.825.900,40	4.903.644,35
Outras contas a receber	39.891.613,88	128.846,99	-127.619,31	1.227,68	39.890.386,20
Total	54.149.366,37	7.537.509,47	-61.267,41	7.618.635,44	46.530.730,92

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes liquidados a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

Nota 10 –Inventários

A decomposição da rubrica de inventário é a seguinte:

Rubricas	CONSOLIDADO		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	24 851,28	0,00	24 851,28
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 774 357,50	69 910,33	1 704 447,17
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 799 208,78	69 910,33	1 729 298,45

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	22.588,55	4.749,31	2.486,56	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	24.851,28
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.749.265,96	2.156.552,66	2.170.038,51	-29.101,02	0,00	0,00	2.231,92	0,00	1.704.447,17
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.771.854,51	2.161.301,97	2.172.525,07	-29.101,04	0,00	0,00	2.231,92	0,00	1.729.298,45

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos com contraprestação e o seu impacto em resultados.

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em Resultados
Vendas	11.822.324,88
Prestações de serviços e concessões	21.983.423,90
Resíduos Sólidos	5.001.352,98
Saneamento	12.547.801,18
Transportes Escolares	26.701,45
Trabalhos por Conta de Particulares	75.884,41
Cemitérios	361.517,35
Mercados e Feiras	133.020,79
Senhas de refeições escolares	706.473,09
Atividades tempos livre, jardins de infância e creches	74.610,00
Habitação Social	641.843,77
Outros serviços sociais	501,03
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	342.759,72
Arrendamento	23.803,54
Outros serviços	2.047.154,59
Outros rendimentos	3.184.962,88
Terrenos	430.775,18
Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)	2.754.187,70
Outros	105.938,25
Juros	984,53
TOTAL	37.700.922,17

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos sem contraprestação e o seu impacto em resultados.

Rendimentos sem contra prestação	Valor
Impostos diretos	37.994.983,68
Impostos indiretos	18.083.160,00
Taxas	5.385.932,71
Outros rendimentos de impostos e taxas	111.990,38
Transferências correntes e subsídios	22.752.600,48
Rendimentos de subsídios ao investimento	1.558.690,11

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Apresenta-se no seguinte quadro o detalhe da rubrica de provisões e as respetivas variações:

	CONSOLIDADO			
	Saldo a 1.1.2020	Utilização	Incremento	Saldo 31.12.2020
Provisões processos judiciais	6 064 710,76	0,00	1 161 288,19	7 225 998,95
Provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais	745 161,90	21 493,54	0,00	723 668,36
Total	6 809 872,66	21 493,54	1 161 288,19	7 949 667,31

Encontra-se constituída uma provisão para encargos judiciais em processo com a APA, relativo ao valor da taxa de recursos hídricos, tendo sido provisionado o montante que os SMAS esperam ter de suportar. A Wemob criou em 2020 uma provisão de 11.650 euros para fazer face a potenciais encargos judiciais. No quadro seguinte detalha-se a totalidade dos processos judiciais da responsabilidade da CMA e o respetivo valor considerado em provisão.

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Data prevista assunção responsabilidade	Valor
1183/13.5BEALM	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos – Impugnação de Atos Administrativos- Finda a fase dos articulados	Hermínio Costa Moço e Maria Beatriz Gomes	MA e outros	Aguarda Sentença	Sem data	612,00
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	José Pedro Pulido Rocha	MA e outros	Tentativa de Conciliação agendada para dia 03/04/2020, pelas 10h; (adiada)	Sem data	30 612,10
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	Pedro Polido Rocha e Sebastiana Clarinha Mourato Madu	MA	Foi realizada Audiência Prévia em 11/05/2017	Sem data	49 592,31
2786/15.9BEALM	Processo de Impugnação – Indeferimento total ou parcial das reclamações gratuitas dos atos tributários.	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda.	MA	Aguarda agendamento do Julgamento;	Sem data	153 110,05
947/07.3BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de factos pelos executados	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	MA	Fase de apreciação de recurso interposto pela Autora	Sem data	31 612,10
232/16.0BEALM	Ação Administrativa/Impugnação de Atos Administrativos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	MA	Foi proferido Despacho Saneador em Junho de 2019, no âmbito do qual foi determinada a suspensão da instância até ser proferida decisão transitada em julg	Sem data	35 612,00
495/16.0BEALM	Processo de Impugnação/Liquidação de Tributos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	MA	Finda a fase das alegações, aguarda decisão	Sem data	182 227,78
3211/14.8TBALM	Execução Comum	Maria da Conceição de Miranda Cansado Paes e outros	MA	Pendente – o MA já depositou à ordem dos autos quantia destinada a garantir o pagamento das despesas e da prestação de facto	Sem data	306,00
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdicional de Ação Administrativa Comum	Pedro Jorge de Miranda Cansado Paes e outros	MA	Aguarda decisão do Recurso	Sem data	506 661,40
4660/07.3TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix Higgs e outros	MA	Corre prazo para contra-alegar em Recurso de Revista, MA absolvido. Autores recorreram. MA não contra-alegou	Sem data	15 204,10
1257/13.2TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix	MA	A instância encontra-se suspensa por relação de prejudicialidade com o Proc. n.º 4660/07.3TBALM	Sem data	15 204,10
2833/14.1TBALM	Execução Sumária	A PENTEADORA	MA	Fase de indicação de peritos	Sem data	1 552 091,88
817/05.0BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de Factos pelo Executado	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda.	MA	Julgado improcedente o Recurso do Município de Almada	Sem data	31 612,10
597/20.0BEALM	Ação administrativa de condenação em indemnização	Esteves, Barreiros e Baioa, Lda	MA	Deduzida Contestação	Sem data	243 040,00
S/ numeração						4 182,00
6767/11.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Fase de Elaboração do mapa de distribuição da indemnização pelos expropriados	Não há data prevista	10 073,45
7200/12.9TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Aguarda-se confirmação de restituição ao Município do valor de € 459,00, resultante de liquidação de taxas de justiça pagas a mais	Não há data prevista	969,00
6286/13.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Processo com visto em correção desde 04/06/2018, quantia indemnizatória integralmente recebida por parte do Município, falta receber, a título de custas de parte o valor de € 4.794,00	Não há data prevista	4 794,00
405/13.0BEALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	CONSTRUCENTRO - Construções Civas do Centro, Lda.	Município de Almada	Já decorrida a fase das alegações escritas, o processo aguarda prolação de sentença	Não há data prevista	48 970,88
1520/14.5BEALM	Ação Administrativa Comum	Helder Ricardo Silva Oliveira	Município de Almada	Proferida sentença desfavorável ao Município de Almada e já transitada em julgado. O processo está atualmente no Departamento Financeiro para pagamento da indemnização devida e das custas de parte	Até ao final do corrente mês de Julho	13 043,10
1698/15.0BEALM	Ação Administrativa Comum	Maria Manuela Caetano Ribeiro Maia Morais Félix	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a prolação de despacho que recaia sobre a reclamação apresentada pelos Autores	Não há data prevista	612,00
2809/18.1BEALM	Ação Administrativa	SENASOM - Comércio e Indústria de Construção, Lda.	Município de Almada	Após a fase das alegações escritas, o processo aguarda saneamento ou prolação de sentença	Não há data prevista	612,00
645/16.7BEALM	Ação Administrativa	INTERSAÚDE - Clínicas e Cuidados de Saúde, Lda.	Município de Almada e ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda prolação de despacho saneador	Não há data prevista	1 865,32
964/16.2BEALM	Ação Administrativa	Sandra Marina Sequeira de Araújo Freire	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda saneamento para agendamento de Audiência de Julgamento ou prolação de sentença	Não há data prevista	150 510,00
230/17.6BEALM	Ação Administrativa	MREDIS, Lda.	Município de Almada	Processo aguarda agendamento para serem ouvidas as testemunhas da Autora	Não há data prevista	16 209,23

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Data prevista assunção responsabilidade	Valor
459/17.7BEALM	Ação Administrativa	Maria José Alves Lima	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador - decorrendo, atualmente, a produção de prova pericial	Não há data prevista	612,00
126/18.4BEALM	Ação Administrativa	Arminda Guerra Silva Teigas	Município de Almada e Instituto das Estradas de Portugal, IEP	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador	Não há data prevista	12 306,00
170/18.1BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador	Não há data prevista	90 018,00
537/18.5BEALM	Ação Administrativa	HABITÁMEGA - Construções, S.A.	Município de Almada	Realizada a Audiência Prévia, aguarda prolação de Despacho Saneador, decorrendo, atualmente, prazo para que o Município de Almada junto aos autos documentos do PA em falta	Não há data prevista	166 844,50
791/17.0BEALM	Ação Administrativa	Maria Amélia da Silva Freitas Ramalho Carlos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda despacho saneador	Não há data prevista	612,00
46/17.0ECLSB	Processo de Contraordenação	ASAE	Município de Almada	Após apresentação de defesa na fase administrativa, e produção de prova documental e testemunhal, aguarda decisão final	Não há data prevista	35 000,00
1112/19.2T8ALM	Ação de Processo Comum	Clube Desportivo e Recreativo da Ramalha	Carlos Manuel Branco Guerra, Associação Cultural e Desportiva ACDKG e Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda agendamento de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador - decorrem o Autor e o Município de Almada diligências tendentes à realização de uma transação no âmbito do processo	Não há data prevista	456 960,95
137/19.2T8BRR	Insolvência Singular (Apresentação)	Miriam Vanessa Rodrigues Recacho	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	Junho de 2024	2 000,00
6432/12.4TBALM	Insolvência Singular (Apresentação)	Maria Joaquina Silveira Conde	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	Março de 2021	62,29
5380/19.1T8ALM	Insolvência Singular (Apresentação)	Margarida Stela Binda Monteiro	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	Setembro de 2024	1 312,46
639/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBUSTEMAR - Gestão de Imóveis, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	Não há data prevista	1 938,00
218/19.2BELLE	Ação Administrativa	ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A. e AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.	Município de Almada e outros(...)	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	Não há data prevista	612,00
553/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBERTY SEGUROS, Companhia de Seguros Y Reaseguros, S.A. - Sucursal em Portugal	Município de Almada	Realizada que foi a Audiência Prévia, no passado dia 6 de Julho, e tendo sido aditado um ponto aos Temas da Prova, a requerimento do Município de Almada, aguarda marcação da Audiência de Julgamento	Não há data prevista	5 162,04
1066/19.5T8BRR	Insolvência Singular (Apresentação)	Manuel do Nascimento Azevedo Selixas e outra(...)	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	Não há data prevista	88,35
408/17.2BEALM	Ação Administrativa	TRANSOBREDA - Transportes e Terraplanagens, Lda.	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	Não há data prevista	29 929,17
792/15.2BEALM	Ação Administrativa Comum	STAL em representação de Maria Joaquina Vaz Velho	Município de Almada	Finda a Audiência de Julgamento e as Alegações Escritas, aguarda prolação da Sentença	Não há data prevista	197 353,25
850/19.4BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	EOBUS PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, veio esta reclamar da mesma, aguardando-se despacho relativo à reclamação	Não há data prevista	459,00
4145/16.7T8ALM	Ação de Processo Comum	Ana Isabel Pinto Fialho	Lucília Maria Pinto Pedro Parente e Município de Almada	Proferida Sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a mesma o prazo do trânsito em julgado, ou de recurso, por parte da Autora	Não há data prevista	120 828,00
930/19.6BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	MARCODESEL - Auto Serviço Elétrico e Diesel, Lda.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada, já transitada em julgado e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda-se pagamento da nota	Não há data prevista	765,00
105246/19.9YIPRT	Ação de Processo Comum	OLIMEC - Unipessoal, Lda.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), encontra-se a Autora a pagar as custas de parte ao Município de Almada em prestações	Não há data prevista	20 157,93
809/19.1BEALM	Ação Administrativa	PROFISC - Engenharia e Consultadoria, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	Não há data prevista	30 693,46
987/19.0BEALM	Ação Administrativa	TECBAU - Engenharia, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	Não há data prevista	144 489,29

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Data prevista assunção responsabilidade	Valor
155/20.8BEALM	Ação Administrativa	Ribeiro & Filhos, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, estão as partes a fazer diligências no sentido da transação no âmbito do Processo	Não há data prevista	5 384,22
1277/20.0T8ALM	Ação de Processo Comum	Maria do Rosário de Lima Oliveira Santos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo	Não há data prevista	99 236,00
241/20.4BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Decorre prazo para o Município de Almada se pronunciar relativamente a documento novo apresentado pela Autora	Não há data prevista	971 783,52
29695/20.7YIPRT	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Penuniárias	AMBIUNE - Unipessoal, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo	Não há data prevista	10 282,89
538/19.6T8ALM	Ação de Processo Comum	INFRACONDE - Infraestruturas e Terraplanagens, Unipessoal, Lda.	Célia JCF, Junta de Freguesia da Costa de Caparica, A.P.M.F.T. - Associação dos Pescadores e Moradores da Fonte da Telha e Município de Almada	Foi a Autora convidada a corrigir algumas das alegações da PI	Não há data prevista	50 387,90
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	FC E V Médicos Dentistas, CRL FC	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	Não há data prevista	16 564,54
474/20.3BEALM	Ação Administrativa	Carlos Alberto Reis e Francisco Reis Américo	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	Não há data prevista	306,00
549/20.9BEALM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	Sílvia Maria Fernandes e outro(s)...	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se agendamento para a audição das testemunhas	Não há data prevista	306,00
724/20.6BEALM	Ação Administrativa	João Vaz de Araújo Franco	Município de Almada, SILAROEIRA - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A., SILGOLFE - Exploração de Equipamentos Desportivos, Lda. e SILCOGE - Sociedade Construtora de Obras Gerais, S.A.	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	Não há data prevista	12 156,19
109040/20.6YIPRT	Procedimento de Injunção	Joaquim Aniceto, Unipessoal, Lda.	Município de Almada	Foi deduzida Oposição e aguarda distribuição ao Tribunal competente	Não há data prevista	11 884,00
26455/20.9T8LSB	Ação de Processo Comum	Rudolfo Lehrfeld	SANESTRADAS - Empreitadas de Obras Públicas e Particulares e Município de Almada	Decorre prazo para apresentação de Contestação	Não há data prevista	501 632,00
595/18.2BEALM	Reconhecimento do Contrato de trabalho, desde 20/03/1998, com pagamento das diferenças salariais, no valor de 113.146,47€ + 2.600,00€ por danos morais + juros	Manuel Leontino da Silva Mendonça	Município de Almada	Em curso	não é possível prever	115 746,47
233/19/.6BEALM	Impugnação do ato administrativo que na sequência de processo disciplinar fixou o pagamento de uma multa e a cessação da comissão de serviço + indemnização por danos não patrimoniais	Pedro Luis Filipe	Município de Almada	Contestação entregue em 03/05/19	não é possível prever	9 000,00
88/CO/2018	Processos de contra ordenação	IGAC	Município	contestado c/ testemun		30 000,00
855/18.2BEALM	Acção Administrat.; pedido nulidade licença/demolição obra	António Tamagnin	Município	Contestada com Réplica; contraditório face a peça/docs.	Não previsível	1 632,00
584/18.7BEALM	Acção Administrativa; Responsabilidade Civil Extracontratua	Sónia Rodrigues	Município	Contestada; saneador; Rectificação Saneador; Pronúnc. A.P	Não previsível	27 452,30
474/18.3BEALM	Execução Fiscal	Orlando Almeida	Município	Contestada; Alegações escritas Município apresentadas	Não previsível	306,00
939/18.7BEALM						600,00
912173610	Processos de contra ordenação	ANSR	Município	contestado c/ testemunhas		3 000,00
NUICO3152/15.1	Processos de contra ordenação	ASAE	Município	contestado; ouvidas test		5 000,00
918569761	Processos de contra ordenação	ANSR	Município	contestado c/ testemunhas		2 500,00
918569788	Processos de contra ordenação	ANSR	Município	contestado c/ testemunhas		250,00
NSP17STB0004PAL	Processos de contra ordenação	NSPS - PSP	Município	contestado c/ testemun		7 500,00
373/NSP/2018	Processos de contra ordenação	NSPS - PSP	Município	contestado; ouvidas test		748,20
929110366	Processos de contra ordenação	ANSR	Município	contestado c/ testemun		150,00
299/19.9BEALM	Acção Administrativa; Responsabilidade Civil Extracontratua	Josué LopesCruz	Município	Contestada	Não previsível	41 635,78
137/18.0BEALM	Contencioso Pré-Contratual	Basrio	Município	Sentença já transitada; aguarda conta custas	Não previsível	204,00
NSP2019STB00004	Processos de contra ordenação	NSPS - PSP	Município	contestado com testemunhas		748,20
070.40.01326/2019	Processos de contra ordenação	Polic. Marítima	Município	contestado com testemunhas		20 000,00
1242770714	Processos de contra ordenação	ANSR	Município	contestado com testemunhas		300,00
4-246-2019	Processos de contra ordenação	APCVD	Município	contestado com testemunhas		20 000,00
12000482	Processos de contra ordenação	ACT	Município	contestado com testemunhas		81 600,00
122000503	Processos de contra ordenação	ACT	Município	contestado com testemunhas		81 600,00
819/18.6T8BRR	Insolvência pessoa singular	Vários credores	Ana Teresa M.	Juizo Comércio Barreiro	31/12/2023	1 866,16
Custas						816,00
Total						6 550 120,96

Existem diversas ações colocadas contra a autarquia, que totalizam 513.090.173,95 euros, mas com base na informação prestada pelos advogados dos respetivos processos, não foram considerados como sujeitos a provisão atendendo à baixa probabilidade de existir desfecho desfavorável para a CMA.

O processo com valor mais relevante foi requerido pela Associação da Terra da Morte Lenta processo n.º 911/19.0T8ALM, contra a CMA e outros, no montante de 500.000.000 euros, esta ação é colocada contra a Siderurgia Nacional no Seixal, sendo convicção da CMA que a mesma em nada afetara a responsabilidades futuras da autarquia.

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Valor da Ação	Posição atual da Ação	Perda Potencial	Custas c/ Processo (Estimativa)	Data prevista assunção responsabilidade
635/20.5BEALM	Ação administrativa comum atribuição Habitação	Antonieta M. Sá	CMA	2 000,00 €	Aguarda despacho saneador	- €	204,00 €	31/12/2021
6767/11.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	70 941,00 €	Fase de Elaboração do mapa de distribuição da indemnização pelos expropriados.	6 003,45 €	4 070,00 €	Não há data prevista
7200/12.9TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	16 253,49 €	Aguarda-se confirmação de restituição ao Município do valor de € 459,00, resultante de liquidação de taxas de justiça pagas a mais	459,00 €	510,00 €	Não há data prevista
6286/13.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	6 367,50 €	Processo com visto em correção desde 04/06/2018, quantia indemnizatória integralmente recebida por parte do Município, falta receber, a título de custas de parte o valor de € 4.794,00	4 794,00 €	Não existem	Não há data prevista
405/13.8EALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	CONSTRUCENTRO - Construções Cívicas do Centro, Lda	Município de Almada	48 256,88 €	Já decorrida a fase das alegações escritas, o processo aguarda prolação de sentença	Perda de garantia bancária no valor de € 48.256,88	714,00 €	Não há data prevista
1520/14.5BEALM	Ação Administrativa Comum	Helder Ricardo Silva Oliveira	Município de Almada	9 188,05 €	Proferida sentença desfavorável ao Município de Almada e já transitada em julgado. O processo está atualmente no Departamento Financeiro para pagamento da indemnização devida e das custas de parte	12 125,10 €	918,00 €	Até ao final do corrente mês de Julho
1698/15.0BEALM	Ação Administrativa Comum	Maria Manuela Caetano Ribeiro Maia Morais Félix	Município de Almada	30 001,00 €	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a prolação de despacho que recaia sobre a reclamação apresentada pelos Autores	Não concretamente determinada	612,00 €	Não há data prevista
2809/18.1BEALM	Ação Administrativa	SENASOM - Comércio e Indústria de Construção, Lda	Município de Almada	31 000,00 €	Após a fase das alegações escritas, o processo aguarda saneamento ou prolação de sentença	Não concretamente determinada	612,00 €	Não há data prevista
645/16.7BEALM	Ação Administrativa	INTERSAÚDE - Clínicas e Cuidados de Saúde, Lda	Município de Almada e ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada	1 763,32 €	Finda a fase dos articulados, aguarda prolação de despacho saneador	1 763,32 €	102,00 €	Não há data prevista
964/16.2BEALM	Ação Administrativa	Sandra Marina Sequeira de Araújo Freire	Município de Almada	150 000,00 €	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda saneamento para agendamento de Audiência de Julgamento ou prolação de sentença	150 000,00 €	510,00 €	Não há data prevista
230/17.6BEALM	Ação Administrativa	MREDIS, Lda	Município de Almada	15 903,23 €	Processo aguarda agendamento para serem ouvidas as testemunhas da Autora	15 903,23 €	306,00 €	Não há data prevista
459/17.7BEALM	Ação Administrativa	Maria José Alves Lima	Município de Almada	30 000,01 €	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador - decorrendo, atualmente, a produção de prova pericial	Não concretamente determinada	612,00 €	Não há data prevista
126/18.4BEALM	Ação Administrativa	Arminda Guerra Silva Teigas	Município de Almada e Instituto das Estradas de Portugal, IEP	12 000,00 €	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador	12 000,00 €	306,00 €	Não há data prevista
170/18.1BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	89 100,00 €	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador	89 100,00 €	918,00 €	Não há data prevista
537/18.5BEALM	Ação Administrativa	HABITÁMEGA - Construções, S.A.	Município de Almada	165 620,50 €	Realizada a Audiência Prévia, aguarda prolação de Despacho Saneador, decorrendo, atualmente, prazo para que o Município de Almada junto aos autos documentos do PA em falta	165 620,50 €	1 224,00 €	Não há data prevista
791/17.0BEALM	Ação Administrativa	Maria Amélia da Silva Freitas Ramalho Carlos	Município de Almada	30 000,01 €	Finda a fase dos articulados, aguarda despacho saneador	Não concretamente determinada	612,00 €	Não há data prevista
3409200096043100	Execução Fiscal	Serviço de Finanças de Almada - 3	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista
AC 917226402	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista
AC 917513738	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista
AC 917568257	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista
AC 917226410	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista
CA 917568362	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista
CA 919667376	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista
CA 919538290	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista
CA 921397518	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Desconhece-se	Não há data prevista

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Valor da Ação	Posição atual da Ação	Perda Potencial	Custas c/ Processo (Estimativa)	Data prevista assunção responsabilidade
538/19.6T8ALM	Ação de Processo Comum	INFRACONDE - Infraestruturas e Terraplanagens, Unipessoal, Lda.	Célia João Costa Figueiredo, Junta de Freguesia da Costa de Caparica, A.P.M.F.T. - Associação dos Pescadores e Moradores da Fonte da Telha e Município de Almada	49 673,90 €	Foi a Autora convidada a corrigir algumas das alegações da PI	49 673,90 €	714,00 €	Não há data prevista
7083/12.9T8ALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	4 688,64 €	Aguarda correção da sentença	Não existe	Não tem	Não há data prevista
46/17.0ECLSB	Processo de Contraordenação	ASAE	Município de Almada	Não tem	Após apresentação de defesa na fase administrativa, e produção de prova documental e testemunhal, aguarda decisão final	35 000,00 €	Desconhece-se	Não há data prevista
1112/19.2T8ALM	Ação de Processo Comum	Clube Desportivo e Recreativo da Ramalha	Carlos Manuel Branco Guerra, Associação Cultural e Desportiva ACDKG e Município de Almada	452 880,95 €	Finda a fase dos articulados, aguarda agendamento de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador - decorrem o Autor e o Município de Almada diligências tendentes à realização de uma transação no âmbito do processo	452 880,95 €	4 080,00 €	Não há data prevista
911/19.0T8ALM	Ação Popular	Associação da Terra da Morte Lenta	Município de Almada e outros(...)	500 000 000,00 €	Decorre, atualmente, a Audiência de Julgamento	Não tem	Não tem	Não há data prevista
137/19.2T8BRR	Insolvência Singular (Apresentação)	Miriam Vanessa Rodrigues Recacho	Município de Almada e outros(...)	30 000,01 €	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	2 000,00 €	Não tem	Junho de 2024
6432/12.4T8ALM	Insolvência Singular (Apresentação)	Maria Joaquina Silveira Conde	Município de Almada e outros(...)	30 000,01 €	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	62,29 €	Não tem	Março de 2021
9387/14.7T8LSB	Insolvência Coletiva (Apresentação)	CANTIAL - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Município de Almada e outros(...)	30 000,01 €	Processo a aguardar encerramento	Não tem	Não tem	Não há data prevista
5380/19.1T8ALM	Insolvência Singular (Apresentação)	Margarida Stela Binda Monteiro	Município de Almada e outros(...)	30 000,01 €	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	1 312,48 €	Não tem	Setembro de 2024
1159/19.9T8VIS	Insolvência Singular (Apresentação)	Maria José Rodrigues de Almeida Cantarelo e Vitor Jorge Vaz Cantarelo	Município de Almada e outros(...)	30 000,01 €	Processo encerrado, decorrendo prazo de exoneração do passivo restante	Desconhece-se	Não tem	Não há data prevista
639/19.0B8EALM	Ação Administrativa	LUBUSTEMAR - Gestão de Imóveis, Lda.	Município de Almada	30 001,00 €	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	Desconhece-se	1 938,00 €	Não há data prevista
218/19.2B8ELLE	Ação Administrativa	ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A. e AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.	Município de Almada e outros(...)	30 000,01 €	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	Desconhece-se	612,00 €	Não há data prevista
553/19.0B8EALM	Ação Administrativa	LIBERTY SEGUROS, Companhia de Seguros Y Reaseguros, S.A. - Sucursal em Portugal	Município de Almada	4 856,04 €	Realizada que foi a Audiência Prévia, no passado dia 6 de Julho, e tendo sido aditado um ponto aos Temas da Prova, a requerimento do Município de Almada, aguarda marcação da Audiência de Julgamento	4 856,04 €	306,00 €	Não há data prevista
1066/19.5T8BRR	Insolvência Singular (Apresentação)	Manuel do Nascimento Azevedo Seixas e outra(...)	Município de Almada e outros(...)	30 000,01 €	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	88,35 €	Não tem	Não há data prevista
408/17.2B8EALM	Ação Administrativa	TRANSOBREDA - Transportes e Terraplanagens, Lda.	Município de Almada	27 889,17 €	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	28 909,17 €	1 020,00 €	Não há data prevista
792/15.2B8EALM	Ação Administrativa Comum	STAL em representação de Maria Joaquina Vaz Velho	Município de Almada	194 905,25 €	Finda a Audiência de Julgamento e as Alegações Escritas, aguarda prolação da Sentença	196 129,25 €	1 224,00 €	Não há data prevista
850/19.4B8EALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	EVOBUS PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	250 000,00 €	Proferida sentença favorável ao Município de Almada e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, veio esta reclamar da mesma, aguardando-se despacho relativo à reclamação	204,00 €	255,00 €	Não há data prevista
4145/16.7T8ALM	Ação de Processo Comum	Ana Isabel Pinto Fialho	Lucília Maria Pinto Pedro Parente e Município de Almada	117 360,00 €	Proferida Sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a mesma o prazo do trânsito em julgado, ou de recurso, por parte da Autora	119 094,00 €	1 734,00 €	Não há data prevista
930/19.6B8EALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	MARCODIESEL - Auto Serviço Elétrico e Diesel, Lda.	Município de Almada	121 951,22 €	Proferida sentença favorável ao Município de Almada, já transitada em julgado e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda-se pagamento da nota	561,00 €	204,00 €	Não há data prevista
105246/19.9YIPRT	Ação de Processo Comum	OLIMEC - Unipessoal, Lda.	Município de Almada	18 831,93 €	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), encontra-se a Autora a pagar as custas de parte ao Município de Almada em prestações	19 494,93 €	663,00 €	Não há data prevista
809/19.1B8EALM	Ação Administrativa	PROCIFISC - Engenharia e Consultadoria, Lda.	Município de Almada	29 673,46 €	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	30 183,46 €	510,00 €	Não há data prevista
987/19.0B8EALM	Ação Administrativa	TECBAU - Engenharia, Lda.	Município de Almada	140 409,09 €	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	142 449,29 €	2 040,00 €	Não há data prevista
155/20.8B8EALM	Ação Administrativa	Ribeiro & Filhos, Lda.	Município de Almada	4 976,22 €	Finda a fase dos articulados, estão as partes a fazer diligências no sentido da transação no âmbito do Processo	5 180,22 €	204,00 €	Não há data prevista
1277/20.0T8ALM	Ação de Processo Comum	Maria do Rosário de Lima Oliveira Santos	Município de Almada	97 400,00 €	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo	98 318,00 €	918,00 €	Não há data prevista
241/20.4B8EALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	968 519,52 €	Decorre prazo para o Município de Almada se pronunciar relativamente a documento novo apresentado pela Autora	970 151,52 €	1 632,00 €	Não há data prevista
29695/20.7YIPRT	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Penuiárias	AMBIUNE - Unipessoal, Lda.	Município de Almada	9 670,89 €	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo	9 978,89 €	306,00 €	Não há data prevista
396/20.8B8EALM	Ação Administrativa	FC E V Médicos Dentistas, CRL FC	Município de Almada	15 380,54 €	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	16 258,54 €	306,00 €	Não há data prevista
474/20.3B8EALM	Ação Administrativa	Carlos Alberto Reis e Francisco Reis Américo	Município de Almada	15 001,00 €	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	Não existe	306,00 €	Não há data prevista
549/20.9B8EALM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	Silvia Maria Fernandes e outro(s)...	Município de Almada	30 000,01 €	Finda a fase dos articulados, aguarda-se agendamento para a audição das testemunhas	Não existe	306,00 €	Não há data prevista
724/20.6B8EALM	Ação Administrativa	João Vaz de Araújo Franco	Município de Almada, SILAROEIRA - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A., SILGOLFE - Exploração de Equipamentos Desportivos, Lda. e SILCOGE - Sociedade Construtora de Obras Gerais, S.A.	11 850,19 €	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	11 850,19 €	306,00 €	Não há data prevista

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Valor da Ação	Posição atual da Ação	Perda Potencial	Custas c/ Processo (Estimativa)	Data prevista assunção responsabilidade
109040/20.6YIPRT	Procedimento de Injunção	Joaquim Aniceto, Unipessoal, Lda	Município de Almada	11 520,58 €	Foi deduzida Oposição e aguarda distribuição ao Tribunal competente	11 520,58 €	306,00 €	Não há data prevista
26455/20.9T8LSB	Ação de Processo Comum	Rudolfo Lehrfeld	SANESTRADAS - Empreitadas de Obras Públicas e Particulares e Município de Almada	500 000,00 €	Decorre prazo para apresentação de Contestação	500 000,00 €	1 632,00 €	Não há data prevista
43/21.0BEALM	Ação Administrativa	LUSITÂNIA - Companhia de Seguros, S.A.	Município de Almada	9 327,83 €	Decorre prazo para apresentação de Contestação	9 327,83 €	306,00 €	Não há data prevista
1183/13.5BEALM	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos – Impugnação de Atos Administrativos-Finda a fase dos articulados	Hermínio Costa Moço e Maria Beatriz Gomes	MA e outros	Sem perda	Aguarda Sentença	Impossível prever	612,00 €	Sem data
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	José Pedro Pulido Rocha	MA e outros	30 000,10 €	Tentativa de Conciliação agendada para dia 03/04/2020, pelas 10h; (adiada)	Impossível prever	612,00 €	Sem data
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	Pedro Polido Rocha e Sebastiana Clarinha Mourato Madu	MA	49 980,31 €	Foi realizada Audiência Prévia em 11/05/2017	Impossível prever	612,00 €	Sem data
2786/15.9BEALM	Processo de Impugnação – Indeferimento total ou parcial das reclamações gratuitas dos atos tributários.	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda	MA	151 886,05 €	Aguarda agendamento do Julgamento;	Impossível prever	1 224,00 €	Sem data
947/07.3BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de Factos pelos executados	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda	MA	31 000,10 €	Fase de apreciação de recurso interposto pela Autora	Impossível prever	612,00 €	Sem data
566/03.3BTLBS	Ações sobre contratos e responsabilidade	Maria da Luz Rodrigues Cardoso e outros	MA e outros	Sem perda	MA absolvido mas pode haver recurso	Impossível prever	Sem custos para o M	Sem data
232/16.0BEALM	Ação Administrativa/Impugnação de Atos Administrativos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda	MA	35 000,00 €	Foi proferido Despacho Saneador em Junho de 2019, no âmbito do qual foi determinada a suspensão da instância até ser proferida decisão transitada em julg	Impossível prever	612,00 €	Sem data
495/16.0BEALM	Processo de Impugnação/Liquidação de Tributos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda	MA	181 003,78 €	Finda a fase das alegações, aguarda decisão	Impossível prever	1 224,00 €	Sem data
3211/14.8TBALM	Execução Comum	Maria da Conceição de Miranda Cansado Paes e outros	MA	107 740,35 €	Pendente – o MA já depositou à ordem dos autos quantia destinada a garantir o pagamento das despesas e da prestação de facto	Impossível prever	306,00 €	Sem data
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdiccional de Ação Administrativa Comum	Pedro Jorge de Miranda Cansado Paes e outros	MA	505 029,40 €	Aguarda decisão do Recurso	Impossível prever	1 632,00 €	Sem data
466/007.3TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix Higgs e outros	MA	15 000,10 €	Corre prazo para contra-alegar em Recurso de Revista, MA absolvido. Autores recorreram. MA não contra-alegou	Impossível prever	204,00 €	Sem data
125/13.2TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix	MA	15 000,10 €	A instância encontra-se suspensa por relação de prejudicialidade com o Proc. n.º 466/07.3TBALM	Impossível prever	204,00 €	Sem data
2833/14.1TBALM	Execução Sumária	A PENTAEODORA	MA	7 128 540,09 €	Fase de indicação de peritos	Impossível prever	1 632,00 €	Sem data
817/05.0BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de Factos pelo Executado	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda	MA	31 000,10 €	Julgado improcedente o Recurso do Município de Almada	Impossível prever	612,00 €	Sem data
597/20.0BEALM	Ação administrativa de condenação em indemnização	Esieves, Barreiros e Baioa, Lda	MA	243 040,00 €	Deduzida Contestação	Impossível prever	- €	Sem data
	Impugnação de aplicação de coima laboral	ACT	MA	4 080,00 €	Aguarda realização de julgamento	Impossível prever	102,00 €	Sem data
970/20.2BELSB	Pedido de declaração de nulidade de Declaração de Impacto Ambiental	Sociedade Portuguesa de Observação das Aves e Outros	Agência Portuguesa do Ambiente, MA e Outros	Sem perdas	Deduzida contestação	Impossível prever	- €	Sem data
827/07.2BEALM	Ação Administrativa Especial – Pretensão conexa atos administrativos Impugnação de Atos Administrativos	Maria Manuela Bela Braz Almeida António Maria de Sousa Almeida	MA e outros	Sem perdas	Fase posterior aos articulados e às Alegações em que o Tribunal ainda se encontra a notificar algumas partes virem juntar prova documental de alguns dos fac	Impossível prever	204,00 €	Sem data
335/09.7BEALM-A	Anulação do despacho homologatório da lista de classificação final	José Eduardo Monteiro Agostinho	Município de Almada	30 000,01 €	Aguarda Acórdão	Sem perda	não é possível estimar	não é possível prever
123/17.7BEALM	Declaração de nulidade do procedimento concursal	STAL (Anabela Gonçalves)	Município de Almada	30 000,01 €	Alegações	Sem perda	não é possível estimar	não é possível prever
283/18.8TBRR-MP	Fixação de incapacidade, por Acidente de Trabalho	Sinistrado: Manuel Benvido Martins de Sousa Gomes	Seguradora Tranquilidade e Município de Almada	indeterminável	Em curso	Sem perda	não é possível estimar	não é possível prever
595/18.2BEALM	Reconhecimento do Contrato de trabalho, desde 20/03/1998, com pagamento das diferenças salariais, no valor de 113.146,47€ + 2.600,00€ por danos morais + juros	Manuel Leontino da Silva Mendonça	Município de Almada	115 746,47 €	Em curso	115.746,47€ + juros apurados a final	não é possível estimar	não é possível prever
233/19.6BEALM	Impugnação do ato administrativo que na sequência de processo disciplinar fixou o pagamento de uma multa e a cessação da comissão de serviço + indemnização por danos não patrimoniais	Pedro Luis Filipe	Município de Almada	39 000,01 €	Contestação entregue em 03/05/19	9.000€ + juros apurados a final	não é possível estimar	não é possível prever
88/CO/2018	Processo de Contraordenação	IGAC	Município de Almada	30 000,00 €	contestado c/ testemun	30 000,00 €		
929110358	Processo de Contraordenação	ANSR	Município de Almada	600,00 €	contestado c/ testemun	600,00 €		
929110366	Processo de Contraordenação	ANSR	Município de Almada	150,00 €	contestado c/ testemun	150,00 €		
373/NSP/2018	Processo de Contraordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	748,20 €	contestado; ouvidas test	748,20 €		
NSP175TB0004PAL	Processo de Contraordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	7 500,00 €	contestado c/ testemun	7 500,00 €		
918569761	Processo de Contraordenação	ANSR	Município de Almada	2 500,00 €	contestado c/ testemunhas	2 500,00 €		
918569788	Processo de Contraordenação	ANSR	Município de Almada	250,00 €	contestado c/ testemunhas	250,00 €		
NUICO3152/15.1	Processo de Contraordenação	ASAE	Município de Almada	5 000,00 €	contestado; ouvidas test	5 000,00 €		
912173610	Processo de Contraordenação	ANSR	Município de Almada	3 000,00 €	contestado c/ testemunhas	3 000,00 €		
NSP20195TB00004	Processo de Contraordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	748,20 €	contestado com testemunhas	748,20 €		
070.40.01326/2019	Processo de Contraordenação	Polic. Marítima	Município de Almada	20 000,00 €	contestado com testemunhas	20 000,00 €		
1242770714	Processo de Contraordenação	ANSR	Município de Almada	300,00 €	contestado com testemunhas	300,00 €		
4-246-2019	Processo de Contraordenação	APCVD	Município de Almada	10 000,00 €	contestado com testemunhas	10 000,00 €		
Contrav 3504208914	Processo de Contraordenação	Répliq.Français	Município de Almada	68,00 €	contestado com prova	68,00 €		
12000482	Processo de Contraordenação	ACT	Município de Almada	81 600,00 €	contestado com testemunhas	81 600,00 €		
122000503	Processo de Contraordenação	ACT	Município de Almada	81 600,00 €	contestado com testemunhas	81 600,00 €		
855/18.2BEALM	Ação Administrat.; pedido nulidade licença/demolição obra	António Tamagnin	Município	Não avalível	Contestada com Réplica; contraditório face a peça/docs.	Não avalível	1 632,30 €	Não previsível
584/18.7BEALM	Ação Administrativa; Responsabilidade Civil Extracontratua	Sónia Rodrigues	Município	26 942,30 €	Contestada; saneador; Rectificação Saneador; Pronúnc. A.P	€ 26.942,30+ juros	510,00 €	Não previsível
474/18.3BEALM	Execução Fiscal	Orlando Almeida	Município	Não cobrança valor	Contestada; Alegações escritas Município apresentadas	Não cobrança valor	306,00 €	Não previsível
299/19.9BEALM	Ação Administrativa; Responsabilidade Civil Extracontratua	Josué LopesCruz	Município	40 921,78 €	Contestada	€ 40921,78+ juros	714,00 €	Não previsível
137/18.0BEALM	Contencioso Pré-Contratual	Basrio	Município	Não avalível	Sentença já transitada; aguarda conta custas	Não avalível	204,00 €	Não previsível
3013/20.2TBALM	Recurso de Contra-Ordenação	Soc. Quotas	MP; Municip	Não cobrança valor	Sentença; declaração de nulidade da Decisão Município	Não cobrança valor	Sem custas	Não aplicável
3011/20.6TBALM	Recurso de Contra-Ordenação	Soc. Quotas	MP; Municip	Não cobrança valor	Agendado julgamento	Não cobrança valor	Sem custas	Não aplicável
Total Passivos Contingentes 31/12/2020				513 090 137,95 €				

A CMA contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

Unid.: Euro

PENSÕES VITALÍCIAS							
TIPO	VALOR MENSAL 2020	DATA DO DIREITO	DATA 1º ABONO	Data de Nascimento	Ano Nascimento	Idade	Valor 2020 TV 88/90
Doença profissional	18,93	15/11/2012	01/12/2013	06/09/1966	1966	54	5 378,05
Doença profissional	18,09	03/09/2010	01/12/2011	28/01/1966	1966	54	5 139,41
Doença profissional	37,10	09/10/2014	01/11/2019	12/03/1951	1951	69	6 817,64
Doença profissional	0,00	10/12/2002	01/09/2011	25/11/1951	1951	69	0,00
Doença profissional	134,52	25/02/2010	01/09/2011	02/02/1958	1958	62	31 360,38
Acidente em serviço	419,53	12/10/2004	01/06/2006	24/09/1950	1950	70	74 040,33
Acidente em serviço	354,44	01/10/2004	01/07/2007	21/03/1971	1971	49	110 879,47
Acidente em serviço	366,05	07/02/2012	01/12/2014	16/09/1975	1975	45	122 331,71
Acidente em serviço	315,25	01/05/2008	01/09/2010	18/05/1969	1969	51	95 080,03
Acidente em serviço	509,20	19/03/2008	01/06/2008	22/09/1954	1954	66	104 572,37
Acidente em serviço	376,08	01/04/2008	01/03/2011	26/05/1979	1979	41	133 181,21
Acidente em serviço	195,83	21/05/2014	01/11/2019	02/04/1962	1962	58	34 887,76
Total							723 668,36

Nota 17 –Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, embora a continuação da doença do COVID 19 seja relevante, com eventuais impactos não estimáveis, não se espera que os mesmos coloquem em causa a continuidade das atividades do Grupo Municipal.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Dividas a receber

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a receber, estando a mesmas mensuradas, após reconhecimento inicial, pelo custo / custo amortizado.

Ativo	Quantia bruta 31.12.2020	Imparidade acumulada a 31.12.2020	Quantia Recuperável
Devedores por devolução de transferências e subsídios	6.528.207,74	4.791.507,37	1.736.700,37
Clientes, Contribuintes e Utentes	7.729.544,75	2.825.900,40	4.903.644,35
Outras contas a receber	39.891.613,88	1.227,68	39.890.386,20
Total	54.149.366,37	7.618.635,44	46.530.730,92

O montante registado em outras contas a receber inclui a periodização económica dos valores dos impostos municipais e taxas imputados ao período que ainda não foram arrecadados, totalizando o imposto municipal sobre imóveis (IMI) 34.721.876,08 euros, o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) 2.127.738,48 euros, o Imposto Único de Circulação 246.809,29 euros e as taxas 315.939,52 euros

Dívidas a pagar

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a pagar reconhecidas pelo custo / custo amortizado.

Dívidas a pagar	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos	4.634.808,29	17.984.741,02	22.619.549,31
Fornecedores de investimento	39.486,14	78.800,00	118.286,14
Outras contas a pagar	11.652.990,93	1.425.851,78	13.078.842,71
Fornecedores CC	1.543.888,52		1.543.888,52
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	300,00		300,00
Estado e outros entes públicos	1.290.406,66		1.290.406,66
Total	19.161.880,54	19.489.392,80	38.651.273,34

Nota 19-Benefícios dos empregados

As entidades atribuem benefícios a empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	Valor
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	452.312,52
Remunerações certas e permanentes	35.854.760,86
Abonos variáveis ou eventuais	2.261.700,49
Encargos sobre remunerações	9.001.387,61
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	778.579,67
Outros gastos com o pessoal e encargos sociais	1.629.887,41
Total	49.978.628,56

Nota 20 –Divulgações de partes relacionadas

Para efeitos da NCP 20, consideram-se partes relacionadas as seguintes entidades:

- COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A
- MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada

As transações entre entidades relacionadas são as que se apresentam no quadro seguinte:

Madan Parque
Investimentos em associadas

Unid.: Euro

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2020		Transações								Saldo 31/12/2020	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,34	0,00	0,00	0,00	0,00	97,34
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	15 000,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,34	0,00	15 000,00	0,00	15 000,00	97,34

COSTAPOLIS
Investimentos em associadas

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2020		Transações								Saldo 31/12/2020	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 22 – Interesses em outras entidades

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos investimentos por tipo de critério de mensuração.

Entidades				Participação no final do exercício			Método de contabilização
Denominação	Tipo de Participação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	%	Valor contabilizado a 31/12/2020	Método de contabilização
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	Investimentos noutras entidades	Sociedade	503876321	955.500,00	12,33%	955.500,00	Custo
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	Investimentos em associadas	Sociedade	505280167	12.940.550,00	40,00%	14.993.416,03	Método de equivalência patrimonial
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	Investimentos em associadas	Associação	503545562	199.940,00	40,65%	1.249.161,49	Método de equivalência patrimonial
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Investimentos noutras entidades	Associação	515432156	15.000,00	16,67%	15.000,00	Custo
Fundo de Apoio Municipal	Investimentos noutras entidades	Fundo	513319182	2.813.224,50	0,67%	2.813.224,50	Custo
TOTAL PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS						20.026.302,02	

Nota 23 – Outras divulgações relevantes

23.1 - Gastos com Transferências e subsídios

Detalha-se no quadro seguinte as transferências e subsídios, correntes e de capital, consideradas com gasto em 2020.

Transferências e subsídios à exploração	Corrente	Capital	Total
Associação de Municípios	1.810.011,00		1.810.011,00
Bombeiros	726.453,24	369.980,36	1.096.433,60
Famílias	235.012,04	138.328,11	373.340,15
Freguesias	2.413.162,25	926.718,54	3.339.880,79
Instituições sem fins lucrativos	7.377.322,43	11.200,00	7.388.522,43
Outras entidades (transitados compromissos de anos anteriores)	416.865,30		416.865,30
Sociedades e quase sociedades não financeiras	337.500,00		337.500,00
Outros setores institucionais	14.080,00		14.080,00
Total	13.330.406,26	1.446.227,01	14.776.633,27

23.2 – Gastos com fornecimentos e serviços externos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de fornecimento e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	CONSOLIDADO
Designação	Valor
Serviços de saúde	3.501,20
Transportes Escolares	57.877,22
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbano	3.912.325,42
Trabalhos especializados	5.102.906,23
Publicidade, comunicação e imagem	173.366,88
Vigilância e segurança	966.954,19
Honorários	1.555.235,09
Comissões	1.756.560,55
Conservação e reparação de ativos fixos	6.500.176,05
Assistência técnica	1.301.820,99
Outros gastos de conservação e reparação	684.037,74
Outros serviços especializados	1.356.627,02
Materiais de consumo	2.120.958,73
Eletricidade - Consumo próprio	3.691.518,45
Eletricidade - Iluminação Pública	2.297.200,12
Gasóleo	39.380,65
Gasolina	52.458,86
Outros Combustíveis e lubrificantes	473.409,42
Água	1.039.436,05
Deslocações, estadas e transportes	37.960,53
Rendas e alugueres	974.228,79
Comunicação	907.956,59
Acidentes Pessoais	164.683,02
Automóvel	161.289,24
Multiriscos	250.392,33
Responsabilidade Civil	33.022,11
Outros	91.971,14
Contencioso e notariado	16.482,81
Despesas de representação dos serviços	2.221,45
Limpeza, higiene e conforto	1.438.894,51
Subtotal	37.164.853,38
Débitos entre grupo	-741.876,05
Total	36.422.977,33

23.3 – Diferimentos ativos e passivos

Nos quadros seguintes detalham-se os saldos dos diferimentos ativos e passivos reconhecidos em 2020.

Diferimentos Ativos	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Materiais de consumo	279 799,84	0,00	279 799,84
Rendas e alugueres	28 219,17	0,00	21 220,97
Gastos de benefícios de reforma	38 430,28	685 238,08	723 668,36
Outros	114 676,81	0,00	63 020,80
Total	461 126,10	685 238,08	1 146 364,18

Diferimentos passivos	Corrente	Não Corrente	Total
Subsídios investimento			
Protocolos Estado da CMA	190.642,31		190.642,31
Participação comunitária em projetos co financiados recebidos pela CMA	806.468,84	1.678.136,67	2.484.605,51
Subsidio investimento POSEUR reconhecidos pelos SMAS	1.100.542,43		1.100.542,43
Subsidio investimento APA reconhecidos pelos SMAS	590.000,00		590.000,00
Parte Simarsul sub QREN Qta Bomba reconhecido pelos SMAS	3.093.345,17		3.093.345,17
Outros subsidios reconhecidos pelos SMAS	83.381,50		83.381,50
Subtotal subsídios ao investimento	5.864.380,25	1.678.136,67	7.542.516,92
Outros rendimentos a reconhecer	135.776,33		135.776,33
Total diferimentos passivos	6.000.156,58	1.678.136,67	7.678.293,25

23.4 – Outros gastos

No quadro seguinte detalha-se o montante de outros gastos reconhecidos em 2020:

Outros gastos	Valor
IVA Suportado não dedutível	119.332,63
Tarifa de recursos hídricos	576.348,03
Taxas	48.231,92
Abates	717,68
Correções de impostos diretos	4.116,83
Correções de impostos indireto	235.580,92
Encargos de Cobrança	4.950,03
Outras correções	196.170,24
Quotizações	398.660,34
Multa não fiscais	17.516,10
Condomínios	46.859,14
Gastos Bancárias	50.570,46
Indemnizações	158.715,69
Direitos de Autor	7.194,15
Correções de Inventários	5.233,04
Outros gastos	54.670,84
Total	1.924.868,04

23.5 – Outros rendimentos

No quadro seguinte detalham-se os outros rendimentos apurados em 2020.

Outros rendimentos	Valor
Rendas terrenos e recursos naturais	430.775,18
Rendas concessionário EDP	2.754.187,70
Outros rendimentos de investimento	30.294,65
Indemnizações	9.596,68
Correções de anos anteriores de impostos	155.441,64
Devolução de transferências concedidas por incumprimento	501.748,14
Outras correções de anos anteriores	25.209,22
Imputação de subsídios ao investimento	1.558.690,11
Outros diversos	28.591,55
Total	5.494.534,87

23.6 – Estado e outros entes públicos

No quadro seguinte detalha-se as dívidas a pagar e a receber do Estado.

Estado e outros entes públicos	Ativo	Passivo
Retenção de impostos sobre rendimentos	75,74	272.453,46
IVA (pagar e receber)	271.420,09	19.131,49
IVA	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	2.095,23	992.668,82
Outros	9.249,20	
Total	282.840,26	1.290.406,66

23.7 – Variações no património líquido

No quadro seguinte explicam-se as variações ocorridas nas rubricas de património líquido.

	31/12/2019	Ajustamentos transição	Aplicação RL 2019	Outros	31/12/2020
Património/Capital	179.343.599,07				179.343.599,07
Reservas	39.216.642,31		325.567,75		39.542.210,06
Resultados transitados	132.702.474,24	169.177.116,55	6.061.065,02	- 988.089,22	306.952.566,59
Ajustamentos em ativos financeiros	4.500.547,91	1.182.641,39		- 245.025,93	5.438.163,37
Outras variações no património líquido	17.206.741,27	28.342.197,88		- 999.301,40	44.549.637,75
Resultado líquido do período	6.386.632,77		-6.386.632,77	1.006.526,06	1.006.526,06
Interesses que não controlam	382.234,99			- 74.448,52	307.786,47
Total do Património Líquido	379.738.872,56	198.701.955,82	-	-1.300.339,01	577.140.489,37

Em outras variações do património líquido estão refletidas as imputações anuais dos subsídios ao investimento em rendimentos em função da depreciação dos bens para os quais se destinam, bem como o reconhecimento dos subsídios que já cumpram com a condição para serem reconhecidos em património líquido, incluindo o montante das transferências do Orçamento de Estado para financiamento das despesas de capital.